



LISBON
SCHOOL OF
ECONOMICS &
MANAGEMENT
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Mestrado

Contabilidade Fiscalidade e Finanças Empresariais

Trabalho Final de Mestrado

Dissertação

O Impacto do Financiamento Externo na Gestão de
Resultados e de Capital: O Caso dos Bancos Africanos

Iracelma Adjanir José Francisco

Outubro – 2017

Mestrado

Contabilidade Fiscalidade e Finanças Empresariais

Trabalho Final de Mestrado

Dissertação

O Impacto do Financiamento Externo na Gestão de
Resultados e de Capital: O Caso dos Bancos Africanos

Iracelma Adjanir José Francisco

Orientação:

Professora D.^a Inês Maria Galvão Teles Ferreira Da Fonseca Pinto

Outubro – 2017

Resumo

Este trabalho tem como objetivo principal analisar o Impacto do Financiamento Externo no uso discricionário das *Loan Loss Provisions* (LLPs) para as práticas de Gestão de Resultado e de Capital nos bancos Africanos. Para a nossa análise foi usada uma amostra total de 678 bancos comerciais correspondentes a 26 países Africanos, num espaço temporal de 5 anos (2011-2015). Os nossos resultados não são estatisticamente significativos, pelo que não podemos concluir que o financiamento externo implica uma maior gestão de resultados. Apenas podemos concluir que o financiamento externo leva a uma maior gestão de capital. Estes resultados indicam que os gestores Africanos se centram mais em situações ligadas ao sector operacional, como a qualidade das carteiras de crédito e o problema da concentração de clientes que é muito presente neste mercado, do que propriamente em questões ligadas ao sector estratégico, como o posicionamento da instituição no mercado.

Palavras-Chave: Gestão de Resultados e de Capital, Imparidades para perdas de crédito (LLPs), Financiamento Externo, Bancos Africanos.

Abstract

The main objective of this essay is to analyze the impact of external financing on the discretionary use of Loan Loss Provisions (LLPs) on earnings and capital Management practices in the Africans banks. We have a total sample of 678 commercial banks corresponding to 26 African countries over a five-year period (2011-2015). Our results indicates that external financing has not a significant influence on the discretionary use of LLPs to manage earnings. However it shows that external Financing has a negative and significant influence on the Capital Management practices. These results demonstrate that the interest of African managers is more focused on the operational sector, such as the quality of the loan portfolio and on the problem of customer concentration that is present in this market, rather than in the strategic sector, such as the institution's position in the market.

Key Words: Earnings and Capital Management, Loan Loss Provision (LLPs), External Financing, African Banks.

Agradecimentos

A Deus, por ter permitido que determinadas situações e determinadas pessoas cruzassem o meu caminho, tornando-me na pessoa que hoje sou. À Professora Doutora Inês Maria Galvão Teles Ferreira Da Fonseca Pinto, pela disponibilidade, paciência e pela forma sábia como soube orientar-me. À Direção da Universidade Técnica de Angola (UTANGA), pela oportunidade concedida. À Direção da Universidade de Lisboa, em particular do ISEG e ao coletivo de trabalhadores da mesma instituição, por tornarem mais completa a minha passagem pela mesma. Aos meus pais, familiares, amigos, colegas e a todos que direta ou indiretamente puderam positivamente contribuir para a elaboração e conclusão deste trabalho.

ÍNDICE

Resumo	I
Abstract.....	II
Agradecimentos	III
Listas de Tabelas	VI
Índice de Anexos	VII
Abreviatura e Siglas.....	VIII
1. Introdução.....	1
2. Enquadramento Teórico e Legal.....	3
2.1- As IAS/IFRS e os GAAP	3
2.2- Acordos de Basileia e as suas Implicações.....	7
2.3- A Estrutura de Capital, a Gestão de Resultados e de Capital	10
2.4- Financiamento Externo e o Conflito de Interesse.....	12
2.5- Os Mercados Financeiros, Gestão de Resultados e de Capital.....	14
3. Desenvolvimento de Hipóteses	16
3.1- Descrição dos Dados	20
3.2- Variáveis.....	20
4. Análise dos dados e discussão dos Resultados.....	22
4.1- Estatística Descritiva	22
4.2- Correlação das Variáveis	24
4.3- Análise das Regressões.....	25
4.3.1- Gestão de Resultados e de Capital	26
4.3.3- Influências para a Gestão de Resultados e de Capital.....	30
5. Conclusões.....	32
5.1- Síntese do Estudo	32
5.2- Limitações	35
5.3- Sugestões para Investigações Futuras	35

6. Referências Bibliográficas.....	36
7. Anexos.....	42

Listas de Tabelas

Tabela I - Estatística Descritiva das variáveis do Modelo.....	24
Tabela II -Matriz de correlação	25
Tabela III - Regressão das Variáveis: Gestão de Resultados e de Capital	26
Tabela IV- Regressão das Variáveis: Financiamento Externo	29
Tabela V - Regressão das Variáveis: Influência das LLPs.....	31

Índice de Anexos

Anexo I- Resumo da revisão de literatura	42
Anexo II- Distribuição da amostra por Países	43
Anexo III- Distribuição dos países por tipos de Bancos	44
Anexo IV- Distribuição dos países por regras Contabilísticas	44
Anexo V- Distribuição dos países por Colonização	45
Anexo VI- Distribuição dos países por Acordo de Mercado.....	46
Anexo VII- Distribuição dos países por nível de Riqueza	46
Anexo VIII- Distribuição da amostra por anos	47
Anexo IX- Distribuição dos bancos por tipo	47
Anexo X- Distribuição dos bancos por Regras Contabilísticas.....	47
Anexo XI- Distribuição dos bancos por Acordo de mercado.....	47
Anexo XII- Distribuição dos bancos por Tipo de Colonizador.....	48
Anexo XIII- Distribuição dos bancos por Nível de Riqueza.....	48
Anexo XIV- Resumo das Hipóteses de Investigação	49

Abreviatura e Siglas

BCBS – Basel Committee on Banking Supervision

EU – European Union

EUA – Estados Unidos da América

GAAP – Generally accepted Accounting principles

IAS – International Accounting Standard

IASB – International Accounting Standard Board

IFRS – International Financial Reporting Standards

LLPs – Loan Loss Provisions

RWAs – Risk Weighted Assets

PIB – Produto Interno Bruto

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

SPSS – Statistical Package for the Social Sciences

1. Introdução

As grandes mudanças no mercado financeiro normalmente são fruto de fortes aprendizagens provenientes de falhas passadas. Uma das maiores preocupações atuais dos mercados está virada para as condições que sustentam o relacionamento existente entre as instituições financeiras e terceiros. Desde a última grande crise de crédito que a comissão diretora dos mercados financeiros tem estado a discutir a condição dos mercados de modo a redirecionar as regras existentes para que estas possam transmitir segurança aos agentes integrantes dos mercados, em termos de negociação entre as partes, mensuração das operações, apresentação dos relatos financeiros e de todos outros aspetos relacionados com a atividade de financiamento. Os devedores têm-se mostrado cada vez mais atentos às condições ligadas à aquisição de crédito, e os credores aos métodos e critérios de elaboração das demonstrações financeiras como forma de evitar futuros constrangimentos nas relações contratuais. As decisões de financiamento externo são de grande importância em qualquer instituição e este tipo de decisão pode de alguma forma influenciar positivamente ou negativamente (de forma abusiva) o comportamento discricionário dos gestores, relativamente à apresentação do relato financeiro. Quando uma instituição está alavancada ou pretende alavancar-se os seus credores ou futuros credores normalmente prestam uma particular atenção ao desenvolvimento económico e financeiro da instituição em causa, esta ação pode fazer com que o gestor desta instituição se esforce para obter bons resultados ou simplesmente arranje condições para que a sua instituição esteja aparentemente numa situação económica e/ou financeira favorável (Gombola, Ho, & Huang, 2016). Com uma amplitude temporal de 5 anos (2011-2015) e uma amostra total de 678 bancos comerciais de 26 países Africanos, este trabalho pretende não só investigar a existência de práticas de gestão de resultados e de capital nos bancos Africanos, como também estudar o impacto do nível de endividamento no comportamento discricionário dos gestores através de perdas por imparidade para risco de

crédito (LLPs)¹. Resolvemos realizar um trabalho sobre o continente Africano tendo em conta a escassez de estudos nesta área para esses países. As características e a evolução económica desta região podem contribuir positivamente para percebermos melhor o fenómeno da gestão de resultados e de capital no sector bancário.

Assim sendo, para darmos continuidade ao nosso trabalho e melhor nos orientarmos em termos de pesquisa, formulamos a seguinte questão de partida: Qual é o impacto do financiamento externo na gestão de resultados e de capital dos Bancos Africanos? Com esta questão queremos saber até que ponto o nível de endividamento pode levar as instituições financeiras a esta prática e em que condições essas mesmas instituições têm maior motivação para o exercício da gestão de resultados e consequentemente de capital. Por isso, compreendemos que teríamos de adaptar alguns estudos de outras realidades, completamente diferentes, de modo a sabermos se a mesma condição é verificável no continente Africano. Em média, os nossos resultados apresentam uma relação negativa e significativa entre o rácio de resultado e as LLPs, evidenciando desta forma a não existência do uso discricionário das LLPs nos bancos Africanos para as práticas de gestão de resultados, na ótica de alisamento de resultados. Quanto à gestão de capital, os nossos resultados não nos mostram evidências do uso discricionário das LLPs para as práticas de gestão de capital. Quanto ao nível de endividamento, os nossos resultados não apresentam significância quanto a influência do financiamento externo na gestão de resultados, mas sugerem que o financiamento externo tem influência negativa nas práticas da gestão de capital.

¹ A melhor tradução para o termo anglo-saxónico “*Loan Loss Provision*” (LLP), tendo em conta o SNC é o termo lusófono “perdas por imparidades de crédito”, quando se tratam de Ativos Financeiros, sendo as LLPs despesas destinadas à cobertura de fatores associados a possíveis perdas de créditos, como inadimplência de clientes e termos renegociados que incorram em pagamentos inferiores aos estimados anteriormente e por isso são calculadas como sendo o excedente entre a quantia escriturada de um Ativo Financeiro e a sua quantia recuperável. As imparidades não implicam a probabilidade de saída de recursos, mas sim uma redução dos cash-flows, outrora estimados para determinado ativo. Assim sendo, para a simplificação do termo, ao longo do estudo usaremos a terminologia anglo-saxónica “LLP”.

Este trabalho está dividido em cinco capítulos. Depois da introdução, apresentamos no segundo capítulo abordagem teórica e legal relacionada com o tema em estudo em que apresentamos as principais mutações no sistema de regulamento bancário, algumas contribuições de outros autores ligadas ao assunto a ser estudado; na seção seguinte apresentamos e desenvolvemos as hipóteses a serem testadas e a metodologia do trabalho; no quarto capítulo realizamos as análises e as respectivas discussões dos resultados; por fim, apresentamos no quinto e último capítulo as nossas conclusões.

2. Enquadramento Teórico e Legal

2.1- As IAS/IFRS e os GAAP

É difícil gerir qualquer negócio sem relatórios financeiros precisos e oportunos (Hamm, 2006). As entidades bancárias e financeiras são obrigadas a adotar sistemas contabilísticos e estatísticos apropriados, com a finalidade de fornecer ao seu banco central nacional a competente informação, designadamente as estatísticas monetárias e financeiras, as estatísticas das operações com o exterior, as estatísticas cambiais, a informação exigida pelos acordos de Basileia e os relatórios e contas anuais (Caiado, 2015). Os relatórios sobre o desempenho das instituições devem ser compreensíveis e adequados aos Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites (GAAPs), juntamente com as Regras Internacionais de Relatos Financeiro (IFRS) (emitidas pelo IASB), que fornecem um conjunto de regras comum e padronizadas para o uso na preparação do reporte pelas empresas (Berk & DeMarzo, 2014). Diferenças nas normas contabilísticas são uma fonte potencial de variações nos rácios de capital, em particular, os GAAPs e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS), que atribuem maior prioridade à mensuração precisa do resultado líquido do que à avaliação conservadora dos ativos da empresa (Brewer III, Kaufman, & Wall, 2008).

Os relatórios financeiros ajudam as instituições com melhor desempenho na economia a distinguirem-se de *performers* fracos, facilitam a localização de recursos eficientes e influenciam nas decisões de gestão por partes interessadas (Healy & Wahlen, 1999). Como forma de tornar as suas demonstrações financeiras mais atrativas, *performers* fracos e/ou fortes ajustam (gerem) os seus resultados e capitais, tendo em conta o alcance de determinados fins. Segundo Anandarajan, Hasan, & McCarthy (2007), bancos Australianos usam as LLPs para gerirem os seus resultados. Uma maneira pelas quais as instituições financeiras são capazes de gerir os seus resultados e os rácios de capital é através de ajustamentos discricionários das LLPs, que são permitidos porque a contabilidade de exercício exige que as estimativas sejam feitas como parte do processo de contabilidade financeira e de elaboração de relatórios.

Schipper (1989) define gestão de resultados como sendo uma intervenção intencional no processo de relatórios financeiros externos, com a intenção de obter algum ganho privado (ao contrário, por exemplo, facilitando a operação neutra do processo). Os gestores bancários normalmente têm duas opções para a gestão de resultados: através da técnica de alisamento, que consiste em aumentar as LLPs quando os resultados são altos e através ênfase, que tem o efeito contrário ao anterior. Um dos principais objetivos da gestão de resultados através das LLPs é o alisamento dos resultados para reduzir a variabilidade dos lucros ao longo do tempo (Gombola, Ho, & Huang, 2016). A partir da gestão de resultados as instituições bancárias podem inclinar-se à gestão de capital, que diz respeito à forma como os bancos gerem os mínimos exigidos para os rácios de capital regulado. As LLPs não resultam simplesmente de uma aplicação mecanicista das normas contabilísticas, são o resultado de processos de decisão complexos estruturados pelos requisitos das normas, mas também influenciados pelos interesses e incentivos daqueles que tomam as decisões (Gebhardt, 2016).

Alguns bancos envolveram-se em algum tipo de gestão e/ou alisamento de resultados anos anteriores e durante a crise financeira, para fornecer uma imagem mais positiva do relatório

financeiro de suas empresas (Ardoin, Rodriguez, & Tudor, 2016). Segundo Curcio & Hasan (2015) durante a recente crise financeira, os gestores bancários da Zona Euro não utilizaram LLPs para fins discricionários, porque estavam mais preocupados com a qualidade das suas carteiras de crédito. Em resposta a esta crise financeira global, seguindo as conclusões dos líderes do G20² e as recomendações de organismos internacionais como o Conselho de Estabilidade Financeira (FSB), o IASB anunciou um calendário acelerado para a substituição da IAS 39 pela IFRS 9 (International Accounting Standards Board, 2009). Segundo algumas críticas feitas pelos constituintes do setor bancário, a IAS 39 resultava no reconhecimento atrasado e insuficiente de perdas de crédito (Gebhardt, 2016). Segundo este autor, os modelos de imparidade da IAS 39 e da IFRS 9, em princípio, apenas reconhecem perdas de crédito e excluem assim as perdas de outros fatores de risco (por exemplo, risco de taxa de juro, risco de liquidez).

Pela expansão que os bancos Africanos têm estado a viver, pelos contratos intercontinentais que têm estado a firmar e pela forma integrada que os mercados têm estado a funcionar, apesar de não ser obrigatório, pelas particularidades que o continente apresenta, a maior parte dos bancos Africanos tende a adotar as IFRS de modo a que as suas demonstrações sejam compreensíveis a todos os interessados. Segundo Shen & Chih (2005) uma maior transparência na divulgação contabilística pode reduzir os incentivos dos bancos para gerir resultados. Landsman, Maydew & Thornock (2012) defendem que os países adotantes das IFRS mostram um maior conteúdo informativo nos seus relatos do que aqueles que mantêm as suas regras internas, e argumentam que este aumento no conteúdo informativo leva a uma redução no atraso dos relatórios, aumenta o acompanhamento dos analistas e o nível do capital estrangeiro. Num estudo conduzido por Leventis, Dimitropoulos & Anandarajan (2011), na União Europeia (EU), os dados mostram que a implementação das IFRS melhorou a qualidade dos resultados ao atenuar a tendência dos gestores de bancos comerciais cotados de se envolverem na gestão de

² G20 - é um grupo formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo incluindo a União e a Rússia.

resultados utilizando LLPs. Quanto ao comportamento da gestão de capital, neste mesmo estudo conduzido por Leventis, Dimitropoulos & Anandarajan (2011), virado para os bancos cotados da EU, verifica-se que as LLPs não são usadas para gerir capital, para evitar restrições de adequação de capital, nos regimes pré e pós-IFRS.

O modelo de imparidade da IAS 39 exclui as perdas de crédito esperadas dos eventos que se esperam que ocorram após a data do balanço (Gebhardt, 2016); ao passo que para a IFRS 9 não é necessária evidência objetiva da existência de um evento de perda para reconhecer a perda de valor recuperável no modelo de perda de crédito esperado ou seja, baseia-se na lógica de que as perdas de crédito inicialmente esperadas durante o vencimento do instrumento de dívida estão refletidas num prêmio de risco de crédito incluído na taxa de juros (Gebhardt, 2016). Segundo o IASB (2009), uma entidade deve mensurar perdas de crédito esperadas de um instrumento financeiro de uma forma que reflita: uma quantidade imparcial e ponderada por probabilidade que é determinada pela avaliação de uma gama de resultados possíveis, o valor temporal da moeda e informações razoáveis e sustentáveis que estejam disponíveis sem custo ou esforço indevido na data de relato sobre eventos passados, condições atuais e previsões de condições económicas futuras.

Segundo Curcio & Hasan (2015), a gestão de resultados é um fator importante que afeta as decisões de imparidades para os bancos da Zona Euro, mas não para os bancos fora desta Zona. A gestão de resultados aumenta a opacidade da informação, facilita a acumulação de más notícias e é influenciada pelas condições macroeconómicas (Ma & Song, 2016). A existência da gestão de resultados é um indicativo do uso em larga escala do poder discricionário para gerir os resultados contabilísticos (Wang, Butterfield, & Campbell, 2016).

2.2- Acordos de Basileia e as suas Implicações

Os bancos são, diferentes das outras instituições pela particularidade dos serviços que prestam e pela influência que os mesmos têm na economia das sociedades, possuem uma estrutura de capital com características e regulamentações especiais. Segundo o *Basel Committee on Banking Supervision* (1988), o capital bancário de *Tier 1* inclui apenas o património líquido permanente (ações ordinárias e ações preferenciais não cumulativas totalmente emitidas) e as reservas divulgadas (criadas ou aumentadas por dotações de resultados acumulados ou outros excedentes, como prémios de ações, resultados retidos, reservas gerais e reservas legais) enquanto que o de *Tier 2*, é constituído por: reservas não divulgadas, reservas de reavaliação de ativos; reservas gerais de crédito; instrumentos de capital híbridos (dívida/capital próprio). As reservas gerais de perdas de empréstimos foram criadas contra a possibilidade de perdas futuras quando não fossem atribuídas a ativos específicos e não refletissem uma redução na valorização de ativos específicos, estas reservas deviam ser elegíveis para inclusão no capital e tinha sido acordado que deviam ser incluídas no *Tier 1* (Basel Committee on Banking Supervision, 1988). Após a instituição do acordo de Basileia II, as LLPs dos bancos deixaram de fazer parte dos rácios de capital de *Tier 1* e são apenas uma parte reduzida do capital de *Tier 2*; portanto, como defendem Ahmed, Takeda, & Thomas (1999), aumentar ou reduzir os LLPs com a finalidade de gerir os resultados, não tem qualquer efeito sobre o rácio de adequação de capital (*Tier 1*), mas reduz o capital de *Tier 2*, somente quando as reservas de créditos não excedem os limites de inclusão de capital. O índice de capital principal ou de *Tier 1* ajuda os bancos a superar períodos de angústia e manter ou mesmo intensificar sua atividade de crédito, especialmente para os países em desenvolvimento, por outro lado, o capital suplementar ou de *Tier 2* não fornece suporte adequado para atividades de empréstimos bancários durante uma crise financeira (Kořak, Li, Lončarski, & Marinč, 2015). Por isso, os países Africanos tendem a apresentar um nível de *Tier 1* superior aos dos países desenvolvidos, pois o alto nível de risco que os seus mercados oferecem

e também o facto de haver um espaço limitado para os bancos mobilizarem capital de *Tier 2*, tipos de instrumentos de capital como a dívida subordinada, que são elegíveis para inclusão no *Tier 2* faz com que os seus capitais tenham essa estrutura (Brownbridge, 2014). Bancos abaixo de um limiar de adequação de capital muitas vezes fazem escolhas discricionárias que reduzem resultados e capital, e bancos acima do limiar exibem diferentes resultados discricionários com evidências de alisamento de resultados (Niswander & Swanson, 2000). Os reguladores exigem uma mensuração mais conservadora para os bancos com menor nível de capital, da mesma forma esses bancos têm mais incentivos para acumular reservas em tempos bons, porque eles não se podem dar ao luxo de assumir compensações em tempos menos bons se forem menos capitalizados (Gombola, Ho, & Huang, 2016). O capital de *Tier 1* é o único elemento comum aos sistemas bancários de todos os países, é totalmente visível nas contas publicadas e é a base sobre a qual a maioria dos juízos de mercado de adequação de capital são feitos, tendo por isso uma influência crucial nas margens de lucro e na capacidade de um banco para competir (Basel Committee on Banking Supervision, 2006); por estes e outros motivos, este será o indicador que usaremos para a averiguação de possíveis práticas de gestão de capital.

Foram encontradas algumas evidências que indicam que os bancos australianos usam LLPs não só para a gestão de resultados como também para gestão capital após a implementação do Acordo de Basileia I (Anandarajan, Hasan, & McCarthy, 2007). O objetivo para a gestão de capital é o rácio de capital médio do banco, em vez do rácio mínimo exigido pelos reguladores (Ahmed, Takeda, & Thomas, 1999). Perante acontecimentos instáveis no mercado financeiro, autoridades reguladoras e supervisoras têm tomado várias medidas, através da emissão de normas reguladoras, como aconteceu, até ao momento, com a publicação dos Acordos de Basileia I, II e atualmente o III, aplicáveis aos bancos, sociedades financeiras e outras instituições de crédito (Caiado, 2015). Os rácios de capital dos bancos podem estar sujeitos a variações ao longo do tempo, por muitas razões incluindo: mudanças nos padrões de Basileia, condições económicas

mundiais e filosofia de políticas públicas (Brewer III, Kaufman, & Wall, 2008). Basileia III³ é um conjunto abrangente de medidas de reforma, desenvolvidas pelo *Basel Committee on Banking Supervision* (BCBS), para fortalecer a regulamentação, supervisão e gestão de risco do setor bancário (Basel Committee on Banking Supervision, 2010); que, segundo Caiado (2015), veio limitar os objetivos de maximização de rentabilidade através do recurso excessivo a capitais alheios com manutenção do nível de fundos próprios. Tendo este acordo surgido para reajustar o não tão eficaz acordo de Basileia II, que pretendia construir sobre uma base sólida de regulação de capital prudente, supervisão e disciplina de mercado, e para melhorar a gestão de risco e estabilidade financeira (Basel Committee on Banking Supervision, 2004). Por isso, as entidades reguladoras dos bancos foram ajustando os rácios de capital (*Tier 1*) de forma faseada para que cada instituição pudesse criar condições suficientes até atingir os mínimos regularizados: para os anos de 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012, 4% dos Ativos Ponderados pelo Risco⁴ (RWAs) e para os anos de 2013, 2014 e 2015, 4,5%, 5,5% e 6% dos RWAs respetivamente (Basel Committee on Banking Supervision, 2010). Segundo Magnis & Iatridis (2017), os bancos em vez de cumprirem os níveis projetados de rácios mínimos de adequação de capital, manipulam esses índices, especialmente durante o período da crise financeira, para aumentar a sua carteira de empréstimos com mais empréstimos, que em muitos casos foram caracterizados como subordinados. Por exemplo, o nível de RWA, usado para o cálculo do *Tier 1* depende da escolha dos ativos do banco, dada a sua ponderação de risco, com a implementação de Basileia II, é provável que os bancos se diferenciem em relação à sua escolha de ativos de baixo ou alto risco (Roy, 2015). Os sistemas bancários Africanos já possuem capital muito acima dos mínimos regulamentares, no entanto, o aumento dos requisitos mínimos de adequação de capital poderá

³ O Basileia III foi instituído para responder, em concreto, a este último grande evento no mercado financeiro, a chamada crise do *Subprime* de 2007-2008.

⁴ Os Ativo Ponderados pelo Risco (*Risk Weighted Assets - RWA*) constituem a parte do ativo total líquido dos bancos que se admitem terem riscos, e em função disso, é estipulado o nível mínimo de capital que os bancos têm que manter. Para isso, a regulação concede ponderadores de risco a cada classe de ativo ou, de outro modo, são utilizados modelos internos dos bancos, aprovados pelo regulador, para estimar esses mesmos ponderadores. Após esta definição, é calculada uma média ponderada do ativo – ativos ponderados pelo risco.

ainda beneficiar os países Africanos a longo prazo, se ajudar a garantir que os seus sistemas bancários continuem a manter elevados níveis de capital para se protegerem dos riscos que enfrentam, geralmente maiores do que os riscos enfrentados pelos bancos em economias avançadas (Brownbridge, 2014).

2.3- A Estrutura de Capital, a Gestão de Resultados e de Capital

De acordo com Kaźmierska et al. (2015), para minimizar os custos financeiros, as empresas preferem começar a financiar projetos de investimento com recursos internos, somente se for necessário é que recorrem a financiamento adicional usando capital externo. Uma instituição pode decidir financiar as suas necessidades de investimento através de capital próprio, ou apenas através de dívida, ou uma mistura de ambos, normalmente, as empresas seguem a terceira opção (Kumar & Bodla, 2014). Um dos aspetos importantes da análise da política de financiamento de qualquer instituição é saber, caso se opte por uma política de financiamento, até que ponto esta decisão vem melhorar a rendibilidade dos capitais próprios investidos. Por isso, é importante que os interessados apresentem uma estrutura de capital capaz de transmitir a faculdade de geração de retornos, que é verificada através de determinados rácios compostos por dados extraídos dos relatórios financeiros. Por parte do mutuante, para que este processo se efetive é preciso avaliar a condição do empréstimo com base na sua relação e na solidez financeira do fiador (Hamm, 2006). Este tipo de parâmetro muitas vezes desincentiva os gestores a darem continuidade ao processo de aquisição de empréstimos, quando a sua estrutura económica não transmite esta solidez financeira. Para contornar esta situação, muitos gestores recorrem à prática de gestão de resultados e de capital para transmitir solidez e com isso conseguir efetivar o processo de aquisição de financiamento. Os bancos de maior capitalização parecem ser mais eficientes na escolha de LLPs (Anandarajan, Hasan, & Vivas, 2005).

De acordo com Gombola, Ho, & Huang (2016), altos índices de alavancagem conduzem à gestão agressiva de resultados que por sua vez levam à gestão agressiva da estrutura de capital. Kwak, Lee & Eldridge (2009) concluem que as LLPs estão positivamente relacionadas com a procura por financiamento externo e estão negativamente relacionados com os resultados. Ou seja, segundo estes autores quando os bancos pensam em contrair empréstimos recorrem às práticas de alisamento de resultados para atraírem investidores, mas depois de o conseguirem, estes tendem a diminuir provavelmente devido a uma maior pressão dos credores, maior nível de desenvolvimento económico e a um exame mais intenso dos índices financeiros apresentados (Grecco, 2013). Isso acontece também porque o alto nível de alavancagem financeira implica altos riscos de falência e para não transparecer isso os gestores gerem os resultados (Nozarpour & Norouzi, 2015).

O tipo de empréstimo e garantia estão significativamente associados com o comportamento de gestão de resultados por parte dos mutuários (Ahn & Choi, 2009). Gombola, Ho & Huang (2016) afirmam que as LLPs mostram uma relação positiva significativa com os indicadores de resultados e rácios de capital o que poderia indicar que os bancos menos líquidos são impedidos de participar na gestão de resultados e/ou de capital pelos reguladores, quando esta baixa liquidez é resultado do baixo índice de alavancagem. Nos períodos de recessão caracterizados por problemas significativos de empréstimos malparados no setor bancário, os bancos usam as LLPs, para sinalizar capacidade financeira quando estes precisam de financiamento externo (Kwak, Lee, & Eldridge, 2009). Já no período pós-crise, os bancos menos líquidos dos EUA e conseqüentemente menos alavancados adotam uma conduta menos abusiva relativamente às práticas de Gestão de Resultados (Gombola, Ho, & Huang, 2016).

2.4- Financiamento Externo e o Conflito de Interesse

O termo conflito de interesse é usado de forma bastante livre para descrever um conjunto de situações moralmente questionáveis que ocorrem no curso da atividade de negócio, ou quando um interesse pessoal interfere na atuação de uma pessoa que tem a obrigação de agir no interesse de outra; o conflito não precisa ser contrário, mas abusivo em termos de posição do interessado (Bowie & Freeman, 1992), criando por isso o custo de agência. Segundo Jensen & Meckling (1976), os custos de agência são custos que surgem quando há conflitos de interesse entre as partes interessadas. A existência de gestão de resultados nas empresas reflete os conflitos de agência entre gestores internos e investidores externos, como defendem An, Li & Yu (2016), e argumentam dizendo que esses acontecimentos apoiam o papel disciplinador da dívida na redução do custo de agência do cash flow. Quando os bancos dos EUA e Inglaterra são auditados por auditores especialistas no setor bancário aplicam técnicas mais agressivas de gestão de capital, especialmente durante o período pós-crise (Magnis & Iatridis, 2017). Os acionistas de bancos cotados são mais prováveis do que os acionistas de bancos não cotados a confiarem em simples heurísticas baseadas em resultados para tomar decisões de avaliação de empresas e por isso, os bancos cotados são mais prováveis a gerirem resultados (Beatty, Ke, & Kathy, 2002). Anandarajan, Hasan, & Vivas (2005) e Anandarajan, Hasan, & McCarthy (2007) defendem que o facto de os bancos cotados serem mais cuidadosamente monitorizados pelos reguladores sofrem uma maior pressão dos acionistas e membros do conselho, bem como o desejo de os gestores transmitirem um sinal de menor risco para os acionistas faz com que estes gestores, que atuam como agentes para os bancos cotados, estejam sob maior pressão para apresentarem maiores retornos para a instituição. A dívida corporativa e os ambientes institucionais podem servir como mecanismos de controle externo para aliviar o custo de agência do cash flow, sendo menos oneroso confiar em ambientes institucionais do que em dívidas (An, Li, & Yu, 2016). De acordo com Gonenc & Haan (2014), as instituições de países em desenvolvimento que se

expandem para mercados internacionais têm melhor acesso a melhores e mais baratos fundos externos, essas instituições são capazes de levantar esses fundos a custos mais baixos, o que implica num maior custo de agência da dívida.

Segundo Curcio & Hasan (2015), as LLPs refletem mudanças na qualidade esperada da carteira de crédito dos bancos, medida pelo montante dos empréstimos improdutivos. Em relação aos bancos que não pertencem à Zona Euro verifica-se que os LLPs ainda estão positivamente associados ao montante dos empréstimos improdutivos na carteira de crédito (Curcio & Hasan, 2015). A gestão de resultados, através dos LLPs, pode ser utilizada como uma ferramenta de gestão de risco, evitando a regulação de adequação de capital, reduzindo a volatilidade dos proveitos e aumentando a remuneração dos gestores (Gombola, Ho, & Huang, 2016). Segundo Leuz, Nanda & Wysockic (2003), a gestão de resultados diminui a proteção dos investidores, pois uma forte proteção limita a capacidade dos investidores internos de adquirir benefícios de controle privado, o que reduz seus incentivos para “mascarar” o desempenho da empresa. Shen & Chih (2005) defendem que em países com baixo poder económico, uma aplicação mais rigorosa da lei resulta em mais gestão de resultados, uma vez que os gestores sentem a necessidade de evitar diminuições de ganhos para transmitir aos agentes externos a ideia de uma estrutura económica forte. Existem diferentes motivos para a gestão de resultados e de capital, incluindo: (1) expectativas do mercado de capitais e avaliação; (2) contratos escritos em termos de números contabilísticos; e (3) regras anticompetitivas ou outra regulamentação governamental (Healy & Wahlen, 1999). Os financiadores internos, na tentativa de protegerem os seus benefícios de controle privado, usam a gestão de resultados para ocultar o desempenho das empresas de fora (Leuz, Nanda, & Wysockic, 2003).

Segundo Bastos (2016), o empréstimo é um contrato pelo qual as partes, designado mutuante, credor ou cedente de fundos, cede a outra parte, designado de mutuário, devedor ou tomador de fundos, determinada importância, ficando este obrigado a restituí-la e a pagar juros

nas condições previamente estabelecidas. Normalmente esse tipo de contrato é baseado em demonstrações financeiras de cada empresa, sendo que Healy & Wahlen (1999) afirmam que os dados contábilísticos são usados para ajudar a monitorizar e regular os contratos entre a empresa e suas partes interessadas. Quando uma instituição tem alavancagem, existe um conflito de interesse se a decisão de investimento tiver consequências diferentes para o valor do patrimônio e o valor da dívida, tal conflito é mais provável de ocorrer quando o risco de angústia financeira é elevado (Berk & DeMarzo, 2014). A gestão de resultados por qualquer motivo pode potencialmente levar a demonstrações financeiras enganosas e afetar a alocação de recursos, pois as demonstrações financeiras não são apresentadas apenas aos investidores em ações, mas também aos investidores de dívida e aos representantes dos investidores nos conselhos de administração (Healy & Wahlen, 1999). O Acordo de Basileia III exige que os bancos divulguem todas as informações pertinentes sobre suas exposições a risco, seu capital regulamentar e ajustes regulatórios para facilitar a tomada de decisões mais informadas para os participantes do mercado (Geetika, 2016). A comissão de credores tende a ser uma parte importante em processos de falência seu objetivo é elaborar um plano de reorganização que não só irá salvar a empresa, mas também irá retornar aos credores parte de suas dívidas (Bowie & Freeman, 1992).

2.5- Os Mercados Financeiros, Gestão de Resultados e de Capital

Com o desenvolvimento do mercado bancário em África, as contratações de empréstimos passaram a ser mais presentes. Segundo Zhang (2016), os empréstimos bancários geralmente ocorrem entre firmas e bancos que estão geograficamente próximos e raramente se estendem para além das fronteiras nacionais. Sistemas financeiros (orientados para bancos ou orientados para o mercado) podem influenciar a estrutura de capital de forma diferente dependendo do país através de variáveis específicas da instituição (Ramírez & Cabestre, 2014). Em países com sectores bancários dominantes, os empréstimos bancários podem ser a primeira escolha para as empresas

que procuram financiamento privado, assim o mercado de títulos de colocação privada pode estar muito subdesenvolvido ou mesmo inexistente nesses países (Zhang, 2016). Os países Africanos na sua maioria possuem uma economia virada para os bancos e por isso não existe uma grande abertura para a transação de títulos corporativos e de dívida. Pela instabilidade económica que o mercado oferece e pela sua fraca estrutura de segurança, os bancos Africanos enfrentam maiores riscos de créditos com relação aos bancos das economias avançadas (Brownbridge, 2014). Uma economia orientada para o mercado tem maior transparência e proteção dos investidores com relação às economias virada para os bancos (Ramírez & Cabestre, 2014). Para os bancos de risco, o comportamento de gestão de resultados é mais pronunciado comparativamente aos bancos menos arriscados (Leventis, Dimitropoulos, & Anandarajan, 2011).

Segundo Skala (2015), os bancos usam períodos de altos lucros para alisar os resultados, ou seja, usam LLPs aproveitando os períodos de maior rentabilidade para construir reservas. A razão fundamental das reservas é aumentar a capacidade de absorção de perdas do banco e permitir que ele continue seus negócios mesmo em recessão sem desalavancagem (Geetika, 2016). As reservas para perdas de crédito são um acréscimo relativamente grande para os bancos comerciais e, portanto, têm um impacto significativo nos lucros dos bancos e no capital regulatório (Ahmed, Takeda, & Thomas, 1999). A gestão de resultados muitas vezes é exercida para assegurar a atenção dos investidores, normalmente quando a organização tem oportunidades de crescimento (Nozarpour & Norouzi, 2015). O comportamento da gestão de resultados de um banco mutuário diminui à medida que a força da monitorização do banco mutuante aumenta (Ahn & Choi, 2009). A ineficiência na determinação das LLPs aumentaram após a desregulamentação ter entrado em vigor em Espanha (Anandarajan, Hasan, & Vivas, 2005). As instituições em países com mercados de ações desenvolvidos, estruturas de propriedade variadas, fortes direitos dos investidores e execução legal, aderem menos a gestão de resultados (Leuz, Nanda, & Wysockic, 2003). Curcio & Hasan (2015) não confirmam a hipótese da existência de gestão de capital para

os bancos da Zona Euro, uma vez que o coeficiente de capital não foi estatisticamente significativo, enquanto que é positivo e significativo para bancos fora da Zona Euro.

De acordo com Alali & Jaggi (2011), instituições financeiras maiores são menos propensas a gerirem seus resultados e capitais através de LLP. Já Anandarajan, Hasan, & Vivas (2005), diferente dos autores anteriores, concluem em suas pesquisas que a ineficiência das LLPs diminui com o tamanho do banco. Um PIB *real per capita* maior diminui o grau de gestão de resultados (Shen & Chih, 2005). Muitas economias Africanas, em especial as mais pequenas, não estão bem diversificadas sectorialmente e têm apenas um número limitado de mutuários de primeira linha. No entanto, o risco de concentração é potencialmente muito mais importante do que em economias mais avançadas (Brownbridge, 2014). Os bancos são capazes de renegociar rapidamente os empréstimos e, portanto, poderiam ter capacidade superior para conter perdas financeiras em caso de dificuldades financeiras dos mutuários do que os credores privados tradicionais não bancários (Arena, 2011).

3. Desenvolvimento de Hipóteses

Após uma sucinta apreciação das contribuições de diversos autores⁵ a respeito do tema em estudo, podemos verificar a existência de várias motivações, por parte dos gestores de diferentes partes do mundo, para o uso da discricionariedade relativamente a mensuração das LLPs. Como forma de enriquecermos o nosso trabalho, para além de considerarmos as variáveis universais, usadas pelos autores consultados, o estudo considera algumas variáveis específicas que caracterizam o continente Africano e que nos poderão ajudar na explicação e no esclarecimento do problema em estudo, captando determinadas influências que cada uma destas variáveis poderá ter no comportamento dos gestores. Assim sendo, para atingirmos este objetivo,

⁵ Ver resumo das principais abordagens em Anexo I.

incluímos no modelo as seguintes variáveis: Acordos, que visa captar a influência da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)⁶ no comportamento dos gestores; Colonização, que vai ajudar-nos a entender a influência dos colonizadores no comportamento dos gestores e que será definida pela origem da língua oficial adotada dos colonizadores, onde vamos confrontar os Países Africanos de Língua Oficial Inglesa (Anglófonos)⁷ face aos outros; não menos importante, este estudo também vai considerar a Riqueza dos países, que vai absorver a influência do nível de desenvolvimento dos países no comportamento dos gestores onde os países ricos serão aqueles que apresentarem o PIB acima da média, o oposto serão os países pobres. Assim sendo, para melhor direcionarmos o nosso estudo e respondermos à nossa questão de partida, emitida no início deste trabalho, levantamos algumas hipóteses principais de modo a averiguarmos a existência ou não destas condições nos bancos Africanos.

Hipóteses a serem testadas:

H1 – A relação entre os resultados antes dos impostos e as LLPs é positiva, de acordo com a gestão de resultados.

Como forma de mostrarem estabilização nos resultados, os gestores tendem a aumentar as LLPs quando os seus resultados estão altos. A maior parte dos autores estudados na nossa literatura são unânimes ao defenderem a existência do uso de discricionário das LLPs para as práticas de gestão/alisamento de resultados. A nossa literatura evidencia este comportamento dos gestores em diferentes partes do mundo e em diferentes cenários dos mercados financeiros. Por

⁶ A sigla “SADC” é usada para descrever o termo anglo-saxónico “*Southern Africa Development Community*” para distinguir um bloco económico e político composto por 15 países da região da África Austral: África do Sul, Angola, Botswana, República Democrática do Congo, Lesotho, Madagascar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seychelles, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabwe. A SADC é uma organização inter-governamental criada em 1992 que se dedica à cooperação e integração socio-económica, bem como à cooperação em matérias de política e segurança, dos países da África Austral.

⁷ Os Países Africanos de Língua Oficial Inglesa (Anglófono) são todos aqueles países que tendo sido colonizados pela Monarquia Inglesa acabaram por adotar, para além dos seus hábitos e costumes, a sua língua como sendo oficial.

isso, antevemos que o comportamento dos gestores dos bancos Africanos espelhe a mesma condição, apesar da sua peculiaridade em muitos sectores.

H2 – A relação entre o rácio de capital (*Tier 1*) e as LLPs é negativa, de acordo com a gestão de capital.

Para atingir o rácio médio de capital exigido, os gestores optam em usar menos LLPs quando os resultados estão altos, para que o seu capital seja influenciado pelos resultados e assim pareça maior. Diferentemente da gestão de resultados, os autores que abordaram temas ligados à gestão de capital divergem muito nos seus resultados. Com a inserção dos novos acordos de Basileia, que limitam o nível dos capitais bancários e com eles a atualização do original rácio de capital que era diretamente influenciado pelas LLPs, os gestores bancários foram fortemente desincentivados a gerirem os capitais das suas instituições. Apesar de ainda termos referências que evidenciam o uso das LLPs para a gestão de capital, em períodos pós-acordo, alguns bancos de alguns países, como vimos na literatura, não apresentam os mesmos resultados. Assim sendo, a nossa hipótese 2 espelha os resultados que a maior parte dos autores da nossa literatura defendem.

H3 – Os bancos mais alavancados apresentam maior índice de gestão de resultados e de capital.

A maior parte da literatura estudada neste trabalho defende esta questão, apesar de cada autor apresentar uma razão diferente fruto das características de cada mercado, o facto é que todos eles convergem neste ponto. Contudo, esperamos da mesma forma que os bancos Africanos apresentem os mesmos resultados.

H4 – O Acordo entre países tem influência no comportamento discricionário dos gestores quanto ao uso das LLPs.

Os países envolvidos no acordo SADC, com relação aos outros do continente Africano, que não se encontram dentro deste acordo, possuem uma responsabilidade acrescida quanto a ética financeira e comercial nos negócios dentro e fora deste espaço, pela forma como foi projetado o acordo e pelas exigências que o mesmo impõe aos integrantes julgamos que estas condições podem de alguma forma influenciar o comportamento dos gestores Africanos e por isso prevemos uma conduta mais transparente por parte dos gestores bancários de países pertencentes a SADC.

H5 – O país colonizador tem influência no comportamento discricionário dos gestores quanto ao uso das LLPs.

Os países Anglófonos estão em maioria⁸ em relação aos outros grupos Africanos de países colonizados; para além de partilharem a mesma língua oficial esses países possuem muitas semelhanças em termos de comportamento económico-financeiro, isso faz com que a estrutura e evolução dos seus mercados sejam de igual modo semelhantes, o que pode ter um impacto no comportamento dos gestores e por isso prevemos que este fator contribua fortemente para uma apresentação imparcial das demonstrações financeiras por parte dos gestores bancários.

H6 – O nível de riqueza dos países tem influência no comportamento discricionário dos gestores.

O desenvolvimento do sector bancário de um país tem muito a ver com o seu desenvolvimento económico, por isso pensamos que quanto mais rico for o país mais capital terá disponível para a satisfação das necessidades do seu mercado e isso pode levar os gestores a adotarem um comportamento mais ético com relação ao uso discricionário das LLPs para a gestão de resultados e/ou de capital.

⁸ Ver a representatividade dos países Anglófonos na amostra em Anexo I.

3.1- Descrição dos Dados

Os dados da nossa amostra foram extraídos a partir da base de dados *Orbis Bank focus* da *Brureau Van Dijk (BVD)*, onde nos foi possível extrair informações de diferentes bancos comerciais Africanos, relativamente à sua situação económica e financeira, e para a recolha de dados macroeconómicos foi usada a base de dados *Online World Development Indicators (WDI)*, do banco mundial. As informações são anuais, numa amplitude temporal de 5 anos (2011 – 2015). A nossa amostra total é constituída por 678 bancos comerciais, de 26 países Africanos⁹, distinguidos por Tipos de Bancos¹⁰, Regras Contabilísticas adotadas¹¹, Colonização¹², Acordo de mercado¹³ e nível de Riqueza¹⁴. Para a devida análise, foram manualmente excluídos da amostra os bancos que apresentavam dados insuficientes para o estudo e dados que de certo modo influenciavam o desvio da amostra, os chamados *outliers*. Usamos o software *IBM Statistical Package for the Social Sciences V.22 (SPSS)* para melhor tratamento desses dados.

3.2- Variáveis

O presente trabalho baseia-se em modelos adotados por: Anandarajan, Hasan, & McCarthy (2007), Leventis, Dimitropoulos & Anandarajan (2011) e Gombola, Ho, & Huang (2016). Tendo em conta as teorias estudadas e para melhor adequação do nosso modelo, decidimos incluir nele algumas variáveis de resultados, estrutura de capital, e macroeconómicas de modo a extrairmos de uma forma objetiva, ampla e diversificada informações dos dados para

⁹ Ver Estatísticas Descritiva dos Países que constituem a amostra no Anexo II.

¹⁰ Ver resumo da estatística descritiva por Tipo de Bancos no Anexo III.

¹¹ Ver descrição dos bancos por Regras Contabilísticas em Anexo IV.

¹² Ver a representação estatística dos bancos no contexto da Colonização no Anexo V.

¹³ Ver a representação estatística dos bancos em termos de Acordo de Mercado no Anexo VI.

¹⁴ Ver a representação estatística dos bancos em termos de nível de Riqueza no Anexo VII.

que possamos demonstrar a causalidade¹⁵ existente entre as variáveis. Assim sendo, passamos a apresentação do nosso modelo geral:

$$LLP = \beta_{0it} + \beta_1 EBIT_{it} + \beta_2 Cap_{it} + \beta_3 NPL_{it} + \beta_4 AF_{it} + \beta_5 LA_{it} + \beta_6 \Delta PIB_t + \beta_7 COT_{it} \text{ dummy} + \beta_8 STAND_{it} \text{ dummy} + \beta_9 ACORD_{it} \text{ dummy} + \beta_{10} COL_{it} \text{ dummy} + \beta_{11} RIQ_{it} \text{ dummy} \quad (1).$$

Onde, temos uma variável dependente para as várias independentes que constituem o nosso modelo, pelo que falaremos abaixo de cada uma delas com mais detalhes. Segundo Beatty, Ke & Kathy (2002): i = índice de carteira bancária; t = Ano para 2007-2015.

LLPs – é o rácio das Reservas para as Imparidades para Perdas de Crédito por Empréstimos totais. Este indicador é comumente usado para a gestão de resultados e de capital, por isso, vamos usá-lo como a variável dependente do nosso modelo, enquanto que todas as outras serão usadas como variáveis independentes.

EBIT – Rácio entre os Resultados Antes das Imparidades e do Imposto dividido pelos ativos totais. É importante a sua inclusão pois este indicador mede o desempenho económico da instituição que espelha a eficiência da gestão e ajudar-nos-á a captar a existência (ou não) de gestão de resultados nos bancos Africanos.

Rácio de Capital ou Tier 1: (Cap) – Rácio do capital regulamentar real (capital de Tier 1) antes das reservas de perdas de empréstimos para o capital regulamentar mínimo exigido. Este rácio vai ajudar-nos a apurar a existência ou não das práticas de gestão de capital pelos gestores Africanos.

Rácio de alavancagem Financeira (AF) – Este rácio é medido pelos empréstimos totais divididos pelo total de ativos. Esse elemento visa captar a influência do financiamento externo no uso das LLPs para a gestão de resultados e/ou de capital.

¹⁵ As relações de Causalidade consistem em demonstrar o impacto que uma determinada variável tem na outra, estabelecendo relações entre elas (Bryman & Cramer, 1990).

Varição do Crédito em Risco (NPL) – É a variação anual do rácio entre os empréstimos improdutivos divididos pelo total dos ativos iniciais. Com este rácio, queremos saber a influência do peso dos créditos malparado na gestão de resultados e/ou de capital e até que ponto eles refletem as alterações da qualidade esperada da carteira de crédito dos bancos. Espera-se, dessa variável, uma relação positiva com as LLPs (Gombola, Ho, & Huang, 2016).

Tamanho (LA) – Logaritmo natural do Ativo Total (AT). Este é o indicador usado para a medição do tamanho dos bancos de modo a melhor sabermos direcionar os resultados do modelo, captando a influência da dimensão das instituições na gestão de resultados e/ou de capital.

Δ PIB – Taxa de crescimento anual do Produto Interno Bruto.

Variáveis *dummy*:

Cotação (COT): para os bancos cotados 1 e para os bancos não cotados 0.

Regras contabilísticas (STAND): para bancos que usem IFRS 1 e para os GAAPs 0.

Acordo (ACORD): para os bancos de países da SADC 1 e para outros bancos 0.

Colonização (COL): para os bancos de países Anglo-saxónicos 1 e para os outros bancos 0.

Riqueza (RIQ): para bancos de países com maior poder económico 1 e para os outros países 0.

4. Análise dos dados e discussão dos Resultados

4.1- Estatística Descritiva

A Tabela I, abaixo indicada, apresenta as estatísticas descritivas para as variáveis do modelo em estudo, divididas em três diferentes sectores: dois

geográficos (na vertente do acordo SADC e na vertente da colonização) e um económico (vertente da riqueza).

O valor médio das LLPs em relação aos ativos dos bancos da amostra foi de aproximadamente 4,3%. Este valor elevado é reflexo do elevado risco que os créditos bancários Africanos oferecem ao mercado que é principalmente derivado do clima de instabilidade económica vivida na região e podem ser explicados pelos altos índices de variação dos NPLs que, com a variação média de 7,7%, transmitem-nos a ideia de um aumento significativo de um ambiente de insegurança relativamente as carteiras de crédito nos bancos Africanos nos períodos em estudo. Podemos também notar que as LLPs dos bancos da SADC, dos bancos dos países Anglo-saxónicos e dos bancos com maior poder económico possuem valores inferiores com relação aos bancos fora da SADC, aos bancos não Anglo-saxónicos e aos bancos de países pobres respetivamente, o que transmite a ideia de que estes países têm estado a esforçar-se para o alcance de um mercado estável e seguro, visto que o primeiro grupo de bancos apresenta da mesma forma valores inferiores com relação aos outros bancos.

Em termos gerais, os países Africanos têm estado cada vez mais a explorar as suas potencialidades e por isso mostram um crescimento económico relativamente alto. Este crescimento pode fazer com que os bancos enriqueçam mais os seus capitais e conseqüentemente expandam os seus negócios. Consegue-se notar, pela dimensão dos bancos, que aqueles que apresentam uma média inferior de Ativos Totais (TA), mostram-se quantitativamente mais capitalizados o que transmite mais uma vez sinais de instabilidade do mercado, ou seja, bancos pequenos possuem índices de capitalização maior em relação a bancos maiores isso porque normalmente os bancos menores estão situados em países economicamente mais

instáveis e para que estes estejam melhores posicionados para resistirem em períodos menos bons eles adotam esta configuração.

Tabela I - Estatística Descritiva das variáveis do Modelo

Variáveis	Amostra Total	Acordo		Colonização		Riqueza		
		SADC	Não SADC	Anglo	Não Anglo	Ricos	Pobres	
LLP	Média	0,043	0,038	0,047	0,040	0,054	0,040	0,045
	Mediana	0,032	0,027	0,038	0,030	0,045	0,031	0,034
	SD	0,034	0,033	0,035	0,034	0,034	0,031	0,037
	N	608	298	310	468	140	279	329
EBIT	Média	0,020	0,020	0,019	0,020	0,018	0,023	0,017
	Mediana	0,020	0,021	0,019	0,021	0,018	0,024	0,018
	SD	0,028	0,026	0,030	0,030	0,021	0,029	0,027
	N	633	306	327	488	145	293	340
Cap	Média	0,190	0,176	0,204	0,192	0,177	0,202	0,180
	Mediana	0,160	0,151	0,168	0,163	0,144	0,168	0,151
	SD	0,140	0,130	0,149	0,139	0,147	0,148	0,133
	N	518	271	247	427	91	228	290
NPL	Média	0,077	0,066	0,085	0,075	0,081	0,074	0,079
	Mediana	0,057	0,050	0,066	0,054	0,066	0,055	0,059
	SD	0,064	0,060	0,067	0,065	0,059	0,062	0,066
	N	496	228	268	392	104	241	255
AF	Média	0,519	0,535	0,503	0,531	0,480	0,515	0,523
	Mediana	0,525	0,552	0,510	0,527	0,507	0,518	0,530
	SD	0,156	0,169	0,140	0,145	0,182	0,144	0,165
	N	647	319	328	499	148	299	348
TA	Média	4 230 959	4 837 301	3 639 451	4 048 280	4 845 648	1 884 163	6 240 571
	Mediana	498 655	463 696	604 788	429 056	791 298	560 728	471 233
	SD	12 581 448	15 765 783	8 367 542	12 964 915	11 214 087	3 865 671	16 512 510
	N	646	319	327	498	148	298	348
PIB	Média	0,042	0,037	0,048	0,043	0,040	0,062	0,026
	Mediana	0,045	0,035	0,051	0,046	0,037	0,056	0,030
	SD	0,027	0,026	0,027	0,024	0,035	0,016	0,023
	N	678	350	328	526	152	303	375

Média-Valores superiores; Mediana- Valores na segunda linha; Desvio padrão (SD)- valores da terceira linha; N- número de bancos descritos; LLPs – rácio das Imparidades para Perdas de Crédito por Empréstimos Totais; EBIT: Rácio entre os Resultados antes de impostos e o Total do Ativo; CAP: Rácio de Capital (Tier 1); AF: rácio entre os empréstimos totais pelos ativos totais; NPL: Variação de crédito em risco; TA: Valor absoluto dos Ativos Totais (em milhares de €); PIB: Crescimento do PIB.

Em termos gerais, as variáveis do nosso modelo EBIT, CAP e PIB apresentam valores positivos que é fruto da evolução que o continente tem estado a passar e das várias mutações que a sua economia tem estado a viver.

4.2- Correlação das Variáveis

A Tabela exibe os coeficientes de correlação das principais variáveis usadas no nosso modelo.

As variáveis independentes EBIT, NPL, AF e LA estão significativamente associadas com a nossa variável LLP sendo estas relações negativas e apenas positiva para NPL. As variáveis explicativas CAP, NPL, LA e PIB estão altamente relacionadas com a variável EBIT, sendo as duas primeiras de forma negativa e as outras de forma positiva. As variáveis explicativas AF e LA encontram-se negativamente associadas com a variável CAP, do mesmo modo encontram-se relacionadas as variáveis LA e NPL, já as variáveis LA e AF encontram-se positivamente relacionadas entre si.

Tabela II -Matriz de correlação

VARIÁVEIS	LLP	EBIT	CAP	NPL	AF	LA	PIB	
LLP	Coef	1						
	Sig							
EBIT	Coef	-0,268***	1					
	Sig	0,000						
CAP	Coef	-0,054	-0,156***	1				
	Sig	0,233	0,000					
NPL	Coef	0,647***	-0,304***	-0,068	1			
	Sig	0,000	0,000	0,169				
AF	Coef	-0,149***	0,017	-0,412***	0,043	1		
	Sig	0,000	0,674	0,000	0,337			
LA	Coef	-0,075*	0,255***	-0,407***	-0,214***	0,155***	1	
	Sig	0,064	0,000	0,000	0,000	0,000		
PIB	Coef	-0,048	0,128***	-0,048	-0,064	0,034	-0,023	1
	Sig	0,235	0,001	0,279	0,152	0,389	0,564	

As correlações são significativas aos níveis: *** 1%; ** 5% e * 10%. Coef: correlação de cada Variável (na parte superior); P-Value (Valores entre parênteses); LLPs – rácio das Imparidades para Perdas de Crédito por Empréstimos Totais; EBIT: Rácio entre os Resultados antes de impostos e o Total do Ativo; CAP: Rácio de Capital (Tier 1); AF: rácio entre os ativos líquidos divididos por depósito e financiamento de curto prazo; NPL: Variação de crédito em risco; LA: Logaritmo natural dos Ativos; PIB: Crescimento do PIB.

Todas as variáveis apresentam uma adequada e moderada correlação, sendo que as relações mais fortes são as existentes entre as seguintes variáveis: o NPL e LLPs, EBIT e NPL e CAP, AF e LA, não existindo evidência de multicolinearidade.

4.3- Análise das Regressões

Foram feitas várias regressões lineares para o apuramento de diferentes influências para o uso discricionário das LLPs pelos gestores Africanos. A primeira regressão apura evidências

da existência de gestão de resultados e/ou de capital através das LLPs (tabela III), a segunda, apura de forma concreta a influência do financiamento externo na gestão de resultados e/ou de capital (tabela IV) e a terceira apura a influências de algumas variáveis complementares no comportamento discricionário dos gestores (tabela V). Apresentamos nas tabelas, para cada variável, os coeficientes e os respetivos *p-values* (entre parênteses) e para avaliação de cada modelo apresentamos, nas duas últimas linhas, o índice de robustez (R^2) e a significância global.

4.3.1- Gestão de Resultados e de Capital

Tabela III - Regressão das Variáveis: Gestão de Resultados e de Capital

Variáveis	Coef.	I	II	III
EBIT	β_1	-0,097	-0,114	-0,101
		(0,046)**	(0,021)**	(0,040)**
Cap	β_2	-0,018	-0,017	-0,010
		(0,193)	(0,216)	(0,456)
NPL	β_3	0,308	0,310	0,298
		(0,000)***	(0,000)***	(0,000)***
AF	β_4	-0,040	-0,038	-0,032
		(0,000)***	(0,000)***	(0,000)***
LA	β_5	0,002	0,001	0,001
		(0,035)**	(0,189)	(0,425)
PIB	β_6	-0,027	-0,036	0,002
		(0,538)	(0,418)	(0,968)
COT	β_7		0,005	0,004
			(0,074)*	(0,114)
STAND	β_8		-0,008	-0,002
			(0,179)	(0,753)
ACORD	β_9			-0,002
				(0,415)
COL	β_{10}			-0,013
				(0,000)***
RIQ	β_{11}			-0,002
				(0,641)
R^2		0,469	0,476	0,499
Sig. do Modelo		0,000	0,000	0,000

Níveis de significância: *** 1%; ** 5% e * 10%. LLPs – rácio das Imparidades para Perdas de Crédito por Empréstimos Totais; EBIT: Rácio entre os Resultados antes de impostos e o Total do Ativo; CAP: Rácio de Capital (Tier 1); NPL: Variação de crédito em risco; AF: rácio entre o Total dos empréstimos e o total dos Activos; LA: Logaritmo natural dos Activos; PIB: Variação do PIB; COT: Variável *Dummy* (se o banco for não cotados 0 e se o banco for cotado 1); STAND: Variável *Dummy* (1 para bancos que usem IFRS e 0 para GAAPs); Acord: Variável *Dummy* (para os bancos da SADC 1 e para outros bancos 0); Col: Variável *Dummy* (para os bancos Palops 1 e os não Palops 0); RIQ: Variável *Dummy* (para os bancos ricos 1 e para os pobres 0).

A tabela III, acima indicada, visa apurar as evidências para a verificação das hipóteses 1 e 2, relacionadas com a existência da gestão de resultados e de capital nos bancos Africanos, propriamente na vertente da gestão/alisamento de resultados. Tendo em conta esta tabela, verifica-se uma relação negativa e significativa entre as variáveis EBIT e LLPs nos três modelos. Assim sendo, os nossos resultados mostram que os gestores Africanos não usam as LLPs para o

alisamento de resultado ao contrário da tese defendida por Anandarajan, Hasan, & McCarthy (2007). Sendo este mercado muito arriscado, era expectável que os resultados transparecessem um comportamento oposto, como defendido por Leventis, Dimitropoulos & Anandarajan (2011). Esses resultados revelam uma certa tendência dos gestores Africanos em enfatizar a condição dos seus resultados, tornando-os maior quando aumentam e tornando-os menor ainda quando estes diminuem para que estes estejam mais visíveis, provavelmente isso acontece para chamar a atenção dos investidores quanto à situação da instituição.

Na perspetiva da gestão de capital, ainda na tabela acima, os nossos resultados mostram a existência de uma relação negativa e não significativa entre as LLPs e o Cap, não existindo desta forma evidências para validar as teses de Leventis, Dimitropoulos, & Anandarajan (2011) e de Anandarajan, A., Hasan, I., & McCarthy, C. (2007).

As variáveis AF e LLPs mostram-se negativamente e significativamente relacionadas, o que revela que os bancos com maior alavancagem financeira registam menos LLPs, que poderá ser indicativo de um comportamento discricionário, para a gestão de resultados, na medida em que estes bancos apresentam maior custos financeiros, podendo querer menos gastos com imparidades. No entanto, esta análise será realizada mais à frente. Notam-se também relações positivamente significativas entre os NPLs e as LLPs, isto comprova que os gestores Africanos estão mais preocupados com a qualidade das suas carteiras de crédito do que propriamente com a competitividade entre as instituições do mercado, como defendem Curcio & Hasan (2015). Estes resultados revelam a existência de um mercado pouco competitivo, onde os bancos não estão interessados em transmitir força financeira aos agentes externos, pois o mercado Africano de títulos encontra-se numa fase muito inicial e o mercado existente ainda possui muitos problemas básicos, por isso não existem grandes possibilidades para fortes concorrências e grandes aberturas para a obtenção de capital por parte dos bancos, então estes têm como foco

principalmente as suas atividades operacionais ao invés do posicionamento das instituições no mercado.

Os nossos resultados mostram que os bancos maiores registam maiores LLPs o que é esperado, sendo o coeficiente β_5 positivo e estatisticamente significativo, vai de acordo com a tese de Alali & Jaggi (2011). Do mesmo modo, parece que a cotação dos bancos tem alguma influência no tratamento contabilísticos das LLPs, pois a variável COT mostra-se positiva e significativamente relacionada com as LLPs, no modelo II, o que vai de acordo com Beatty, Ke, & Kathy (2002), Anandarajan, Hasan, & Vivas (2005) e Anandarajan, Hasan, & McCarthy (2007). Já no modelo III podemos verificar que o mesmo acontece com a colonização. Apesar de a nossa amostra albergar mais bancos não cotados do que cotados¹⁶, a maior parte dos bancos cotados pertencem ao grupo de países Anglo e este grupo de países está em maioria na nossa amostra¹⁷. Os bancos dos países Anglo possuem mercados financeiros melhor estruturados e mais desenvolvidos, esse fator pode influenciar no uso discricionário das LLPs para transparecer um ambiente menos arriscado. Isso acontece nestes bancos e conseqüentemente nesses países por haver uma representação muito grande dos bancos cotados.

4.3.2- Influência do Financiamento Externo nas LLPs

Depois da análise dos dados nas vertentes da gestão de resultados e capital, no ponto anterior, neste ponto vamos averiguar a influência do nível de alavancagem nessas práticas. Desta feita, a tabela IV, abaixo apresentada, visa verificar as evidências para a apuramento da nossa hipótese 3, que é a nossa hipótese fulcral. Em todas as regressões deste ponto foram incluídas *dummies* por ano.

¹⁶ Ver relatividade dos bancos cotados da nossa amostra versus não cotados em Anexo IX.

¹⁷ Ver relatividade dos países Anglo da nossa amostra versus não anglo em Anexo XII.

A variáveis NPL e COL apresentam-se positiva e negativa significativa respetivamente em todos os modelos desta tabela.

Tabela IV- Regressão das Variáveis: Financiamento Externo

Variáveis	Coef.	I	II	III	IV
EBIT	β_1	-0,021 (0,885)	0,008 (0,959)	0,007 (0,963)	-0,016 (0,914)
CAP	β_2	0,0218 (0,391)	0,025 (0,339)	0,025 (0,335)	0,027 (0,294)
AF	β_3	-0,010 (0,563)	-0,011 (0,537)	-0,011 (0,532)	-0,007 (0,669)
NPL	β_4	0,296 (0,000)***	0,307 (0,000)***	0,306 (0,000)***	0,296 (0,000)***
LA	β_5	0,000 (0,565)	0,001 (0,302)	0,001 (0,231)	0,000 (0,834)
PIB	β_6	0,005 (0,920)	-0,005 (0,915)	-0,004 (0,939)	0,028 (0,655)
COT	β_7	-	-	-	0,004 (0,165)
STAND	β_8	-0,001 (0,821)	-0,007 (0,213)	-	-0,002 (0,733)
ACORD	β_9	-0,003 (0,279)	-	-	-0,002 (0,391)
COL	β_{10}	-0,012 (0,000)***	-	-	-0,012 (0,000)***
RIQ	β_{11}	-	-	-	-0,002 (0,595)
AF*EBIT	β_{12}	-0,119 (0,703)	-0,202 (0,525)	-0,203 (0,525)	-0,162 (0,609)
AF*CAP	β_{13}	-0,109 (0,097)*	-0,130 (0,051)*	-0,131 (0,048)**	-0,115 (0,081)*
Dummy Ano	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
R ²		0,503	0,482	0,479	0,506
Sig. Global do Modelo		0,000	0,000	0,000	0,000

Níveis de significância: *** 1%; ** 5% e * 10%. LLPs – rácio das Imparidades para Perdas de Crédito por Empréstimos Totais; EBIT: Rácio entre os Resultados antes de impostos e o Total do Ativo; CAP: Rácio de Capital (Tier 1); AF: Este rácio é medido pelos empréstimos totais divididos pelo total de ativos; AF*EBIT: Interação do Rácio de Alavancagem com os resultados; AF*CAP: Interação do Rácio de Alavancagem com o Rácio de capital (Tier 1).

A interação entre as variáveis AF e EBIT apresenta-se negativa e não significativa estatisticamente em todos os modelos, desta forma não nos é possível extrair qualquer conclusão da influência do financiamento externo na gestão de resultados, pois parece que o financiamento externo não tem impacto na gestão de resultados dos bancos Africanos. Apesar disso, podemos concluir que os bancos Africanos mais alavancados praticam maior gestão de capital uma vez que o coeficiente de interação entre AF e CAP é negativo e estatisticamente significativo. Estes resultados vêm até certo ponto mostrar que os gestores aumentam discricionariamente as LLPs para a gestão de capital quando o nível de alavancagem é maior, uma vez que apresentam mais risco ao nível dos rácios de capital. Esses resultados vão de acordo com os resultados defendidos por Gombola, Ho, & Huang (2009) e revela, o baixo interesse dos gestores Africanos nas práticas

de gestão de capital, visto que as suas instituições já possuem naturalmente altos índices capitais, porque a instabilidade deste mercado os obriga e estes fatores podem fazer com que muitos deles dispensem esta prática. Outrossim, quando os bancos estão altamente alavancados transmitem a ideia de que estes possuem índices de capital mais baixos em relação aos bancos menos alavancados e por isso os gestores dos bancos alavancados sentem a necessidade de gerir os capitais, pois com estas práticas procuram garantir uma boa imagem nos seus relatos.

4.3.3- Influências para a Gestão de Resultados e de Capital

Na tabela V, abaixo apresentada, demonstramos principalmente o impacto de algumas variáveis do nosso modelo no uso das LLPs por parte dos gestores Africanos. Esta tabela vem apurar evidências para o esclarecimento das hipóteses 4, 5 e 6. Como podemos verificar, a variável STAND não se mostra significativa. Este resultado não nos permite avaliar a associação existente entre as regras contabilísticas e as LLPs. Visto que a maior parte dos bancos Africanos têm estado a usar as IFRS¹⁸, este fator poderia de alguma forma influenciar no comportamento dos gestores para as práticas de gestão de resultados e de capital, como defendem Leventis, Dimitropoulos, & Anandarajan (2011), apesar disso, os nossos resultados não nos permitem avaliar esta condição pois o coeficiente β_7 não foi estatisticamente significativo em nenhum dos modelos.

A partir do modelo I não nos é possível avaliar o facto de um banco ser cotado nas práticas de gestão de resultados e de capital, visto que os coeficientes β_{12} e β_{13} não são estatisticamente significativos, embora em termos teóricos existam autores, como é o caso de Beatty, Ke, & Kathy (2002), que defendam que os gestores dos bancos cotados tenham mais incentivos para a gestão de resultados e de capital de forma a atingirem determinados objetivos.

¹⁸ Ver relatividade dos bancos que usem IFRS da nossa amostra versus os que usam GAAP em Anexo X.

Tabela V - Regressão das Variáveis: Influência das LLPs

Variáveis	Coef.	I	II	III	IV
EBIT	β_1	-0,109 (0,071)*	-0,111 (0,072)*	-0,221 (0,221)	-0,174 (0,014)**
CAP	β_2	-0,016 (0,254)	-0,037 (0,016)**	0,030 (0,305)	0,026 (0,157)
NPL	β_3	0,310 (0,000)***	0,305 (0,000)***	0,300 (0,000)***	0,310 (0,000)***
AF	β_4	-0,038 (0,000)***	-0,035 (0,000)***	-0,034 (0,000)***	-0,036 (0,000)***
LA	β_5	0,001 (0,208)	0,002 (0,031)**	0,001 (0,118)	0,001 (0,048)**
PIB	β_6	-0,035 (0,431)	-0,064 (0,164)	0,036 (0,465)	0,042 (0,477)
STAND	β_7	-0,009 (0,180)	-0,006 (0,325)	-0,002 (0,696)	-0,008 (0,192)
LIST	β_8	0,006 (0,415)	-	-	-
ACORD	β_9	-	-0,011 (0,008)***	-	-
COL	β_{10}	-	-	-0,008 (0,207)	-
RIQ	β_{11}	-	-	-	0,009 (0,105)
EBIT*COT	β_{12}	-0,015 (0,890)	-	-	-
Cap*COT	β_{13}	-0,002 (0,964)	-	-	-
EBIT*ACORD	β_{16}	-	0,017 (0,851)	-	-
Cap*ACORD	β_{17}	-	0,053 (0,007)***	-	-
EBIT*COL	β_{18}	-	-	0,134 (0,465)	-
Cap*COL	β_{19}	-	-	-0,048 (0,127)	-
EBIT*RIQ	β_{20}	-	-	-	0,081 (0,385)
Cap*RIQ	β_{21}	-	-	-	-0,080 (0,001)***
R ²		0,476	0,483	0,496	0,488
Sig. do Modelo		0,000	0,000	0,000	0,000

Níveis de significância: *** 1%; ** 5% e * 10%. LLPs – rácio das Imparidades para Perdas de Crédito por Empréstimos Totais; EBIT: Rácio entre os Resultados antes de impostos e o Total do Ativo; CAP: Rácio de Capital (Tier 1); NPL: Variação de crédito em risco; AF: rácio entre o Total dos empréstimos e o total dos Activos; LA: Logaritmo natural dos Activos; PIB: Variação do PIB; COT: Variável Dummy (se o banco for não cotado 0 e se o banco for cotado 1); STAND: Variável Dummy (1 para bancos que usem IFRS e 0 para GAAPs); Acord: Variável Dummy (para os bancos da SADC 1 e para outros bancos 0); Col: Variável Dummy (para os bancos Anglo 1 e os não Anglo 0); RIQ: Variável Dummy (para os bancos ricos 1 e para os pobres 0). As variáveis de interação são os produtos entre as duas variáveis relacionadas.

No modelo II podemos notar que o acordo dos países pode ter alguma influência no comportamento discricionário dos gestores para a gestão de capital, mas não para a gestão de resultados, pois nota-se uma relação significativa no coeficiente β_{17} e outra não significativa no coeficiente β_{16} . Ou seja, apesar de os bancos dos países da SADC não corresponderem a uma grande maioria¹⁹, a influência positiva deste acordo no comportamento discricionário dos gestores relativamente às práticas da gestão de capital é notável e isso reflete o impacto que este

¹⁹ Ver relatividade dos bancos da SADC versus não SADC em Anexo XI.

acordo tem na fluidez dos capitais e conseqüentemente na forma como o acordo interfere na estabilização do sistema económico dos países. Desta feita, tendo em conta o modelo II, podemos concluir que os países com acordo tendem a ter um comportamento mais equilibrado em relação aos países fora do acordo da SADC. Resultados similares foram defendidos por Curcio & Hasan (2015), ao apoiar o não uso discricionário das LLPs por gestores da Zona Euro. Parece que a variável RIQ possui uma certa influência nas práticas de gestão de capital, que nos vem transmitir a ideia de que o nível económico dos países tem uma certa relação com o tratamento discricionário das LLPs para as práticas de gestão de capital, como defendem alguns autores. Quanto à colonização dos bancos não pudemos extrair quaisquer evidências sobre a sua associação com as LLPs, visto que os coeficientes β_{20} e β_{21} não são significativos.

5. Conclusões

5.1- Síntese do Estudo

Neste trabalho examinámos a influência do financiamento externo nas práticas de gestão de resultados e de capital exercidas pelos gestores dos bancos Africanos, num intervalo de 5 períodos anuais (2011-2015), usando uma amostra total de 678 bancos comerciais de 26 países Africanos. Para que pudéssemos analisar com maior precisão os nossos dados adaptamos às nossas necessidades os modelos empíricos de outros autores usando como variável dependente as imparidades para perdas de créditos (LLPs). Os nossos resultados indicam que os gestores dos bancos Africanos não fazem o uso discricionário das LLPs para as práticas de gestão de resultados com o objetivo de alisá-los, mas sim com o objetivo de enfatizá-los. Quanto a gestão de capital, não nos foi possível obter evidências suficientes para a verificação desta prática por parte dos gestores Africanos.

Respondendo à questão de partida enunciada no começo deste estudo, as nossas análises não nos apresentam evidências de uma influência significativa do nível de endividamento dos bancos Africanos nas práticas de gestão resultados. Por outro lado, estas análises mostram-nos evidências de uma influência significativa e negativa do nível de endividamento dos bancos Africanos nas práticas de gestão capital. Esses resultados mostram que os gestores Africanos se aproveitam do alto nível de alavancagem para gerirem os seus capitais de modo a transmitirem um estado de risco, ao contrário disto, procuram diminuir estas práticas quando os seus níveis de alavancagem são baixos, para possivelmente transmitir um alerta e assim conseguir refletir nos relatórios os efeitos causados pela alavancagem.

Estes resultados evidenciam a existência do uso discricionário por parte dos gestores dos bancos Africanos não com a intenção de alisar resultados e/ou capitais, para transmitir estabilidade financeira, mas como forma de prevenir-se de determinadas situações instáveis que o mercado pode apresentar, quando os mesmos estão alavancados, por isso os gestores preferem usar a ênfase nos seus relatórios para atrair a atenção dos seus interessados. O mercado financeiro Africano é ainda pouco desenvolvido e por isso existe uma grande necessidade de os bancos atraírem constantemente novos investimentos. Isso poderia fazer com que os gestores bancários estivessem mais interessados em gerir os seus resultados do que os seus capitais, pois o facto de os bancos Africanos possuírem naturalmente índices de capital altos, que é de certa forma fruto da instabilidade que aquele mercado apresenta, a adoção dos acordos de Basileia e as mudanças nas regras contabilísticas podem desmotivar os gestores a gerirem os capitais dos seus bancos. Por outro lado, a maior parte dos nossos resultados não apontam para esta situação de forma robusta, porque os gestores Africanos possuem outros dilemas particularmente mais básicos para preocuparem-se, ou seja, estes gestores parecem estar mais preocupados com a qualidade das carteiras e com o problema de concentração dos seus clientes do que propriamente gerir as suas demonstrações financeiras para competir com os outros agentes do mercado. E por isso, eles

procuram até certo ponto acentuar a sua condição financeira de modo a passar esta mensagem aos interessados. Esta situação revela a existência de fracos ambientes de conflitos de interesse entre os agentes dos bancos Africanos, como afirmaram An, Li & Yu (2016).

Em suma, a nossa H1 foi refutada, visto que a variável EBIT, na Tabela III, mostrou-se negativamente e estatisticamente significativa. Quanto a H2, obtivemos poucas evidências estatísticas para a validação da mesma, pois a variável CAP não apresentou os coeficientes estatisticamente significativos na maior parte dos modelos, não havendo desta forma evidências suficientes que nos façam validar esta hipótese e por isso estudos mais pormenorizados serão necessários para a averiguação da existência desta condição no continente Africano. A H3 foi refutada em parte, pois os coeficientes para a averiguação desta condição foram significativos apenas na vertente da gestão de capital, como podemos ver na tabela IV, o que nos parece que assim como os outros gestores, os gestores Africanos usam mais LLPs quando estes estão alavancados. A H4 foi parcialmente confirmada, pois parece que os acordos apenas têm uma influência positiva no comportamento discricionário dos gestores para a gestão de capitais, quanto a gestão de resultados não obtivemos qualquer significância. Não conseguimos obter evidências para a validação da H5, visto que os coeficientes para a validação desta hipótese não foram estatisticamente significativos. A H6 foi parcialmente confirmada, apenas os coeficientes para a gestão de capitais foram estatisticamente significativos, e por isso não temos evidências da sua influência na gestão de resultados²⁰.

Contudo, tendo em conta os nossos resultados, apesar de termos conseguido uma ideia até certo ponto conclusiva quanto a questão que move este estudo, os nossos resultados não evidenciam significância quanto a influência dos bancos cotados e conseqüentemente das regras

²⁰ Ver resumo de conclusões sobre as hipóteses em Anexo XIV.

contabilísticas nestas práticas, por isso, estudos mais aprofundados serão necessários para o apuramento destas condições.

5.2- Limitações

Ao longo deste estudo foram surgindo algumas barreiras que nos permitiram redirecionar o trabalho e outras que a elas apenas tivemos de nos adaptar. Dentre as diversas barreiras destacamos as seguintes: a existência de um número reduzido de estudos neste campo virados especificamente para os bancos Africanos, a não permissão da base de dados na obtenção de dados para mais de 5 anos, o que nos permitiu estudar os dados numa amplitude temporal relativamente pequena, tendo em conta o tipo de análise que pretendíamos exercer. Muitos países ficaram fora da amostra pela falta de dados na maior parte das variáveis principais, o que fez com que a nossa análise nos limite em termos de conclusões.

5.3- Sugestões para Investigações Futuras

Uma via oportuna para pesquisas futuras poderia implicar pesquisas que ampliassem e aprofundassem o nosso conhecimento na exploração do tema em questão. A inclusão de diferentes variáveis para testes de novos cenários, a ampliação do espaço temporal de modo a serem captadas diferentes mutações dos mercados e para que se tenha a capacidade de comparar estas situações são os pontos que propomos para futuras pesquisas.

6. Referências Bibliográficas

- Ahmed, A. S., Takeda, C., & Thomas, S. (1999). Bank loan loss provisions: a reexamination of capital management, earnings management and signaling effects. *Journal of Accounting and Economics*, 28, pp. 1-23.
- Ahn, S., & Choi, W. (2009). The role of bank monitoring in corporate governance: Evidence from borrowers' earnings management behavior. *Journal of Banking & Finance*, 33, pp. 445-446.
- Alali, F., & Jaggi, B. (2011). Earnings versus capital ratios management: role of bank types and SFAS 114. *Rev Quant Finan Acc*, 36, pp. 105-106.
- An, Z., Li, D., & Yu, J. (July de 2016). Earnings management, capital structure, and the role of institutional environments. *Journal of Banking & Finance*, 68, pp. 10-15.
- Anandarajan, A., Hasan, I., & McCarthy, C. (2007). Use of loan loss provisions for capital, earnings management and signalling by Australian banks. *Accounting and Finance*, 47, pp. 357-370.
- Anandarajan, A., Hasan, I., & Vivas, A. L. (2005). Loan loss provision decisions: An empirical analysis of the Spanish depository institutions. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 14(1), pp. 77-78.
- Ardoin, E., Rodriguez, A., & Tudor, A. (2016). Did commercial banks use the loan loss provision account to manage earnings around the 2008 financial crisis? *International Journal of Business and Economics Perspectives*, 11(1), pp. 25-35.

Arena, M. P. (2011). The corporate choice between public debt, bank loans, traditional private debt placements, and 144A debt issues. *Review of Quantitative Finance & Accounting*, 36, pp. 394-396.

Basel Committee on Banking Supervision. (1988). Bank for International Settlements. *International convergence of capital measurement and capital standards (updated to April 1998)*, pp. 15-16.

Basel Committee on Banking Supervision. (1988). International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards. pp. 8-17.

Basel Committee on Banking Supervision. (2004). Implementation of Basel II: Practical Considerations. 1. Basel, Switzerland: Bank for international Settlements Press & Communications CH-4002.

Basel Committee on Banking Supervision. (2006). Basel II: International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards - A Revised Framework Comprehensive Version. 14. CH-4002 Basel, Switzerland: Bank for International Settlements, Press & Communications.

Basel Committee on Banking Supervision. (2010). Basel III: A global regulatory framework for more resilient banks and banking systems.

Bastos, C. F. (2016). *Finanças Empresariais* (1^a ed.). Lisboa: Edições Sílabo.

Beatty, A. L., Ke, B., & Kathy, P. R. (July de 2002). Earnings Management to Avoid Earnings Declines across Publicly and Privately Held Banks. *The Accounting Review*, 77(3), pp. 547-548.

Berk, J., & DeMarzo, P. (2014). *Corporate Finance* (3^a ed.). United Kingdom: Global Edition.

- Bowie, N. E., & Freeman, R. E. (1992). *Ethics and Agency Theory: An introduction*. New York: Oxford University Press.
- Brewer III, E., Kaufman, G. G., & Wall, L. D. (2008). Bank Capital Ratios Across Countries: Why Do They Vary? *Journal of Financial*, 34, pp. 88-200.
- Brownbridge, M. (2014). How relevant are the Basel capital reforms. *Journal of Risk Management in Financial Institutions for sub-Saharan Africa?*, 8(2), pp. 155-156.
- Bryman, A., & Cramer, D. (1990). *Análise de Dados em Ciências Sociais: Introdução às técnicas utiliano o SPSS* (1ª ed.). (A. F. Barros, Trad.) Londres: Celta Editora.
- Caiado, A. C. (2015). *Bancos - Normativos, Contabilidade e Gestão* (1ª ed.). Lisboa: Síbaló.
- Curcio, D., & Hasan, I. (2015). Earnings and capital management and signaling: the use of loan-loss provisions by European banks. *The European Journal of Finance*, 21(1), pp. 26-27.
- Gebhardt, G. (2016). Impairments of Greek Government Bonds under IAS 39 and IFRS 9: A Case Study. *Accounting in Europe*, 13(2).
- Geetika, C. (May de 2016). Basel III Implementations in the Indian Banking System. *International Journal of Research in Commerce & Management*, 7(5).
- Gombola, M. J., Ho, A. Y.-F., & Huang, C.-C. (May de 2016). The effect of leverage and liquidity on earnings and capital management: Evidence from U.S. commercial banks. *International Review of Economics & Finance*, 43, pp. 35-57.
- Gonenc, H., & Haan, D. J. (2014). Firm Internationalization and Capital Structure in Developing Countries: The Role of Financial Development. *Emerging Markets Finance & Trade*, 50, pp. 169-170.

- Grecco, M. C. (2013). The Effect of Brazilian convergence to IFRS on earnings management by listed Brazilian nonfinancial companies. *Brazilian Business Review*, 10, pp. 125-126.
- Hamm, R. (2006). Problem Loans and Workouts: An unconditional approach to problema loan early-warning signals based on comercial loan structuring. *The RMA journal*, pp. 79-80.
- Healy, P. M., & Wahlen, J. M. (1999). A Review of the Earnings. *Accounting Horizons*, 3, pp. 365-376.
- International Accounting Standards Board . (2009). IFRS Standard 9 - Financial Instruments. *IFRS - Global Standards for the world economy*, pp. 317-342.
- Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, 3(4), pp. 305-360.
- Kaźmierska-Jóźwiak, B., Marszałek, J., & Sekuła, P. (2015). Determinants of Debt-Equity Choice - Evidence From Poland. *Emerging Markets Journal*, 5, pp. 1-6.
- Košak, M., Li, S., Lončarski, I., & Marinč, M. (2015). Quality of bank capital and bank lending behavior during the global financial crisis. *International Review of Financial Analysis*, 37(1), pp. 168-169.
- Kumar, R., & Bodla, B. S. (2014). A Study of the Determinants of Capital Structure Choice. *BVIMR Management Edge*, 7, pp. 1-10.
- Kwak, W., Lee, H.-Y., & Eldridge, S. W. (March de 2009). Earnings Management by Japanese Bank Managers. *Review of Pacific Basin Financial Markets and Policies*, 12, pp. 5-10.
- Landsman, W. R., Maydew, E. L., & Thornock, J. R. (2012). The information content of annual earnings announcements and mandatory adoption of IFRS. *Journal of Accounting and Economics*, 53, pp. 51-52.

- Leuz, C., Nanda, D., & Wysockic, P. D. (2003). Earnings management and investor protection: an international comparison. *Journal of Financial Economics*, 69.
- Leventis, S., Dimitropoulos, P. E., & Anandarajan, A. (2011). Loan Loss Provisions, Earnings Management and Capital Management under IFRS: The Case of EU Commercial Banks. *Journal of Financial Services Research*, 40, pp. 103-104.
- Ma, M. L., & Song, V. (2016). Discretionary Loan Loss Provisions and Systemic Risk in the Banking Industry. *Accounting Perspectives / Perspectives Comptables*, 15(2), pp. 89-90.
- Magnis, C., & Iatridis, G. E. (2017). The relation between auditor reputation, earnings and capital management in the banking sector: An international investigation. *Research in International Business and Finance*, 39(1), pp. 338-357.
- Niswander, F., & Swanson, E. P. (2000). Loan, security, and dividend choices by individual (unconsolidated) public and private commercial banks. *Journal of Accounting and Public Policy*, 19, pp. 201-202.
- Nozarpour, M., & Norouzi, H. (2015). Investigating the Effect of Capital Structure and Growth Opportunities on Earnings Management. *International Journal of Management, Accounting and Economics*, 2 (6), pp. 10-20.
- Ramírez, M. A., & Cabestre, F. J. (2014). Determinants of Capital Structure: United Kingdom Versus Continental European Countries. *Journal of International Financial Management & Accounting*, 25, pp. 237-265.
- Roy, A. (2015). Low RWA but high GNPA? Risk performance of some Indian banks under Basel II-SA. *Journal of Risk Management in Financial Institutions*, 9(1), pp. 87-88.
- Schipper, K. (1989). Commentary on Earnings Management. *Accounting Horizons*, 3, pp. 5-6.

- Shen, C.-H., & Chih, H.-L. (2005). Investor protection, prospect theory, and earnings management: An international comparison of the banking industry. *Journal of Banking & Finance*, 29(10), pp. 2697-2698.
- Skąła, D. (2015). Saving on a Rainy Day? Income Smoothing and Procyclicality of Loan-Loss Provisions in Central European Banks. *International Finance*, 18, pp. 26-27.
- Wang, Y., Butterfield, S., & Campbell, M. (2016). Deferred Tax Items as Earnings Management Indicators. *International Management Review*, 12, pp. 1-38.
- Zhang, S. (2016). Institutional arrangements and debt financing. *International Business and Finance*, 36, pp. 15-25.

7. Anexos

Anexo I- Resumo da revisão de literatura

Variáveis	Relação entre as Variáveis	Autores
EBIT	+	Ardoin, Rodriguez, & Tudor (2016). Anandarajan, A., Hasan, I., & McCarthy, C. (2007).
Cap	- 0	Curcio & Hasan (2015) Ahmed, Takeda, & Thomas (1999); Curcio & Hasan (2015); Leventis, Dimitropoulos & Anandarajan (2011)
AF	+	An, Li & Yu (2016); Gombola, Ho, & Huang (2016); Kwak, Lee & Eldridge (2009) .
NPL	+	Curcio & Hasan (2015)
LA	- +	Alali & Jaggi (2011) Anandarajan, Hasan, & Vivas (2005)
PIB	- +	Shen & Chih (2005) Ma & Song (2016)
ACORD	√	Curcio & Hasan (2015)
COT	√	Anandarajan, Hasan, & Vivas (2005)
STAND	√	Leventis, Dimitropoulos & Anandarajan (2011)
RIQ	-	Shen & Chih (2005)

Sinal Positivo (+): demonstra a relação positiva entre as variáveis independente e a depende; Sinal Negativo (-): demonstra a relação negativa entre as variáveis independente e a dependente; Sinal Visto (√): demonstra a existência da influência da variável independente no comportamento da variável dependente; Sinal Nulo (0): Demonstra a inexistência de qualquer influência da variável independente na dependente. EBIT: Rácio entre os Resultados antes de impostos e o Total do Ativo; CAP: Rácio de Capital (Tier 1); NPL: Variação de crédito em risco; AF: rácio entre o Total dos empréstimos e o total dos Activos; LA: Logarítmo natural dos Ativos; PIB: Variação do PIB; COT: Variável Dummy (se o banco for não cotados 0 e se o banco for cotado 1); STAND: Variável Dummy (1 para bancos que usem IFRS e 0 para GAAPs); Acord: Variável Dummy (para os bancos da SADC 1 e para outros bancos 0); Anglo: Variável Dummy (para os bancos Palops 1 e os não Palops 0); RIQ: Variável Dummy (para os bancos ricos 1 e para os pobres 0).

Anexo II- Distribuição da amostra por Países

N/O	PAÍSES	FREQUÊNCIAS	
		ABSOLUTAS	RELATIVAS
1	ANGOLA	17	2,5
2	BOTSWANA	17	2,5
3	CAPE VERDE	13	1,9
4	DEMOCRATIC REPUBLIC OF CONGO	5	0,7
5	EGYPT	18	2,7
6	ETHIOPIA	2	0,3
7	GAMBIA	3	0,4
8	GHANA	22	3,2
9	KENYA	99	14,6
10	LESOTHO	8	1,2
11	LIBERIA	4	0,6
12	MALAWI	21	3,1
13	MAURITIUS	40	5,9
14	MOROCCO	15	2,2
15	MOZAMBIQUE	25	3,7
16	NAMIBIA	22	3,2
17	NIGER	5	0,7
18	NIGERIA	61	9,0
19	RWANDA	18	2,7
20	SIERRA LEONE	4	0,6
21	SOUTH AFRICA	40	5,9
22	SWAZILAND	12	1,8
23	UGANDA	64	9,4
24	UNITED REPUBLIC OF TANZANIA	90	13,3
25	ZAMBIA	21	3,1
26	ZIMBABWE	32	4,7
	Total	678	100,0

Fonte: Output IBM SPSS Statistics 22

Anexo III- Distribuição dos países por tipos de Bancos

N/O	PAÍSES	COTADOS		NÃO COTADOS	
		FREQ. ABSOLUTAS	FREQ. RELATIVAS	FREQ. ABSOLUTAS	FREQ. RELATIVAS
1	ANGOLA	5	2,6	17	3,5
2	BOTSWANA	5	2,6	12	2,5
3	CAPE VERDE	0	0,0	8	1,7
4	DEMOCRATIC REPUBLIC OF CONGO	0	0,0	5	1,0
5	EGYPT	10	5,2	8	1,7
6	ETHIOPIA	0	0,0	2	0,4
7	GAMBIA	0	0,0	3	0,6
8	GHANA	14	7,2	8	1,7
9	KENYA	25	12,9	74	15,3
10	LESOTHO	0	0,0	8	1,7
11	LIBERIA	0	0,0	4	0,8
12	MALAWI	14	7,2	7	1,4
13	MAURITIUS	3	1,5	37	7,6
14	MOROCCO	15	7,7	0	0,0
15	MOZAMBIQUE	0	0,0	25	5,2
16	NAMIBIA	5	2,6	17	3,5
17	NIGER	5	2,6	0	0,0
18	NIGERIA	45	23,2	16	3,3
19	RWANDA	8	4,1	10	2,1
20	SIERRA LEONE	0	0,0	4	0,8
21	SOUTH AFRICA	5	2,6	35	7,2
22	SWAZILAND	5	2,6	7	1,4
23	UGANDA	10	5,2	54	11,2
24	UNITED REPUBLIC OF TANZANIA	10	5,2	80	16,5
25	ZAMBIA	5	2,6	16	3,3
26	ZIMBABWE	5	2,6	27	5,6
	Total	194	100,0	484	100,0

Fonte: Output IBM SPSS Statistics 22

Anexo IV- Distribuição dos países por regras Contabilísticas

N/O	PAÍSES	IFRS		GAAP	
		FREQ. ABSOLUTAS	FREQ. RELATIVAS	FREQ. ABSOLUTAS	FREQ. RELATIVAS
1	ANGOLA	12	1,9	5	12,5
2	BOTSWANA	17	2,7	0	0,0
3	CAPE VERDE	13	2,0	0	0,0
4	DEMOCRATIC REPUBLIC OF CONGO	5	0,8	0	0,0
5	EGYPT	0	0,0	18	45,0
6	ETHIOPIA	2	0,3	0	0,0
7	GAMBIA	3	0,5	0	0,0
8	GHANA	22	3,4	0	0,0
9	KENYA	95	14,9	4	10,0
10	LESOTHO	8	1,3	0	0,0
11	LIBERIA	4	0,6	0	0,0
12	MALAWI	21	3,3	0	0,0
13	MAURITIUS	40	6,3	0	0,0
14	MOROCCO	15	2,4	0	0,0
15	MOZAMBIQUE	25	3,9	0	0,0
16	NAMIBIA	18	2,8	4	10,0
17	NIGER	0	0,0	5	12,5
18	NIGERIA	61	9,6	0	0,0
19	RWANDA	18	2,8	0	0,0
20	SIERRA LEONE	4	0,6	0	0,0
21	SOUTH AFRICA	40	6,3	0	0,0
22	SWAZILAND	12	1,9	0	0,0
23	UGANDA	60	9,4	4	10,0
24	UNITED REPUBLIC OF TANZANIA	90	14,1	0	0,0
25	ZAMBIA	21	3,3	0	0,0
26	ZIMBABWE	32	5,0	0	0,0
	Total	638	100,0	40	100,0

Fonte: Output IBM SPSS Statistics 22

Anexo V- Distribuição dos países por Colonização

N/O	PAÍSES	ANGLO		NÃO ANGLO	
		FREQ. ABSOLUTAS	FREQ. RELATIVAS	FREQ. ABSOLUTAS	FREQ. RELATIVAS
1	ANGOLA	0	0,0	17	11,2
2	BOTSWANA	17	3,2	0	0,0
3	CAPE VERDE	0	0,0	13	8,6
4	DEMOCRATIC REPUBLIC OF CONGO	0	0,0	5	3,3
5	EGYPT	0	0,0	18	11,8
6	ETHIOPIA	0	0,0	2	1,3
7	GAMBIA	3	0,6	0	0,0
8	GHANA	22	4,2	0	0,0
9	KENYA	99	18,8	0	0,0
10	LESOTHO	0	0,0	8	5,3
11	LIBERIA	4	0,8	0	0,0
12	MALAWI	21	4,0	0	0,0
13	MAURITIUS	0	0,0	40	26,3
14	MOROCCO	0	0,0	15	9,9
15	MOZAMBIQUE	0	0,0	25	16,4
16	NAMIBIA	22	4,2	0	0,0
17	NIGER	0	0,0	5	3,3
18	NIGERIA	61	11,6	0	0,0
19	RWANDA	18	3,4	0	0,0
20	SIERRA LEONE	0	0,0	4	2,6
21	SOUTH AFRICA	40	7,6	0	0,0
22	SWAZILAND	12	2,3	0	0,0
23	UGANDA	64	12,2	0	0,0
24	UNITED REPUBLIC OF TANZANIA	90	17,1	0	0,0
25	ZAMBIA	21	4,0	0	0,0
26	ZIMBABWE	32	6,1	0	0,0
	Total	526	100,0	152	100,0

Fonte: Output IBM SPSS Statistics 22

Anexo VI- Distribuição dos países por Acordo de Mercado

N/O	PAÍSES	SADC		NÃO SADC	
		FREQ. ABSOLUTAS	FREQ. RELATIVAS	FREQ. ABSOLUTAS	FREQ. RELATIVAS
1	ANGOLA	17	4,9	0	0,0
2	BOTSWANA	17	4,9	0	0,0
3	CAPE VERDE	0	0,0	13	4,0
4	DEMOCRATIC REPUBLIC OF CONGO	5	1,4	0	0,0
5	EGYPT	0	0,0	18	5,5
6	ETHIOPIA	0	0,0	2	0,6
7	GAMBIA	0	0,0	3	0,9
8	GHANA	0	0,0	22	6,7
9	KENYA	0	0,0	99	30,2
10	LESOTHO	8	2,3	0	0,0
11	LIBERIA	0	0,0	4	1,2
12	MALAWI	21	0	0	0,0
13	MAURITIUS	40	11,4	0	0,0
14	MOROCCO	0	0,0	15	4,6
15	MOZAMBIQUE	25	7,1	0	0,0
16	NAMIBIA	22	6,3	0	0,0
17	NIGER	0	0,0	5	1,5
18	NIGERIA	0	0,0	61	18,6
19	RWANDA	0	0,0	18	5,5
20	SIERRA LEONE	0	0,0	4	1,2
21	SOUTH AFRICA	40	11,4	0	0,0
22	SWAZILAND	12	3,4	0	0,0
23	UGANDA	0	0,0	64	19,5
24	UNITED REPUBLIC OF TANZANIA	90	25,7	0	0,0
25	ZAMBIA	21	6,0	0	0,0
26	ZIMBABWE	32	9,1	0	0,0
	Total	350	100,0	328	100,0

Fonte: Output IBM SPSS Statistics 22

Anexo VII- Distribuição dos países por nível de Riqueza

N/O	PAÍSES	RICO		POBRE	
		FREQ. ABSOLUTAS	FREQ. RELATIVAS	FREQ. ABSOLUTAS	FREQ. RELATIVAS
1	ANGOLA	12	4,0	0	0,0
2	BOTSWANA	6	2,0	11	0,0
3	CAPE VERDE	5	1,7	13	0,0
4	DEMOCRATIC REPUBLIC OF CONGO	5	0,0	0	0,0
5	EGYPT	0	0,0	18	0,0
6	ETHIOPIA	2	0,7	0	0,0
7	GAMBIA	2	0,7	1	0,0
8	GHANA	12	4,0	10	0,0
9	KENYA	79	26,1	20	0,1
10	LESOTHO	2	0,7	6	0,0
11	LIBERIA	2	0,7	2	0,0
12	MALAWI	12	4,0	9	0,0
13	MAURITIUS	0	0,0	40	0,1
14	MOROCCO	3	1,0	12	0,0
15	MOZAMBIQUE	25	8,3	0	0,0
16	NAMIBIA	22	7,3	0	0,0
17	NIGER	3	1,0	2	0,0
18	NIGERIA	37	12,2	24	0,1
19	RWANDA	18	5,9	0	0,0
20	SIERRA LEONE	0	0,0	4	0,0
21	SOUTH AFRICA	0	0,0	40	0,1
22	SWAZILAND	0	0,0	12	0,0
23	UGANDA	37	12,2	27	0,1
24	UNITED REPUBLIC OF TANZANIA	0	0,0	90	0,2
25	ZAMBIA	16	5,3	5	0,0
26	ZIMBABWE	8	2,6	24	0,1
	Total	308	100,0	370	100,0

Fonte: Output IBM SPSS Statistics 22

Anexo VIII- Distribuição da amostra por anos

Ano	Freq. Absoluta	Freq. Relativa (%)	Freq. Acumulada
2011	76	11,2	11,2
2012	128	18,9	30,1
2013	154	22,7	52,8
2014	160	23,6	76,4
2015	160	23,6	100,0
Total	678	100,0	

Fonte: Output IBM SPSS Statistics 22

Anexo IX- Distribuição dos bancos por tipo

Descrição	Valores Absolutos	Valores Relativos
Cotados	194	28,6
Não Cotados	484	71,4
Total	678	100,0

Fonte: Output IBM SPSS Statistics 22

Anexo X- Distribuição dos bancos por Regras Contabilísticas

Descrição	Valores Absolutos	Valores Relativos
IFRS	638	94,1
GAAPs	40	5,9
Total	678	100,0

Fonte: Output IBM SPSS Statistics 22

Anexo XI- Distribuição dos bancos por Acordo de mercado

Descrição	Valores Absolutos	Valores Relativos
Países da SADC	55	42,0
Países da fora da SADC	76	58,0
Total	131	100,0

Fonte: Output IBM SPSS Statistics 22

Anexo XII- Distribuição dos bancos por Tipo de Colonizador

Descrição	Valores Absolutos	Valores Relativos
ANGLO	526	77,6
Não ANGLO	152	22,4
Total	678	100,0

Fonte: Output IBM SPSS Statistics 22

Anexo XIII- Distribuição dos bancos por Nível de Riqueza

Descrição	Valores Absolutos	Valores Relativos
RICOS	308	45,4
POBRES	370	54,6
Total	678	100,0

Fonte: Output IBM SPSS Statistics 22

Anexo XIV- Resumo das Hipóteses de Investigação

Hipóteses	Variáveis a serem testadas	Sinais esperados	Sinais Esperados		Testes Efectuados	
			Defensores	Opositores	Sinais Testados	Apoiantes
H1 – A relação entre o rácio dos resultados antes dos impostos e as LLPs é positiva, de acordo com a gestão de resultados.	EBIT	+	Ardoín, Rodríguez, & Tudor (2016); Anandarajan, Hasan, & McCarthy (2007); Gombola, Ho, & Huang (2016)		-	...
H2 – A relação entre o rácio de capital (Tier 1) e as LLPs é negativa, de acordo com a gestão de capital.	CAP	-	Anandarajan, A., Hasan, I., & McCarthy, C. (2007)	Leventis, Dimitropoulos & Anandarajan (2011)	+	Leventis, Dimitropoulos & Anandarajan (2011);
H3 – Os bancos mais alavancados apresentem maior índice de gestão de resultados e de capital.	AF	+	An, Li & Yu (2016); Gombola, Ho, & Huang (2016)	...	-	...
H4 – Os Acordos entre os países têm influência no comportamento discricionário dos gestores.	SADC	√	Curcio & Hasan (2015)	...	-	...
H5 - A história dos países têm influência no comportamento discricionário dos gestores.	COL	√	0	...
H6 - O nível de riqueza dos países têm influência no comportamento discricionário dos gestores.	RIQ	√	Shen & Chih (2005)	...	-	Shen & Chih (2005)

Sinal Positivo (+): demonstra a relação positiva e significativa entre as variáveis independente e a dependente; Sinal Negativo (-): demonstra a relação negativa e significativa entre as variáveis independente e a dependente; Sinal Nulo (0): demonstra a existência de uma relação não significativa entre as variáveis independente e a dependente; Sinal Visto (√): demonstra a existência da influência da variável independente no comportamento da variável dependente.